

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**DESLOCAMENTOS HUMANOS E IDENTIDADES CULTURAIS**

**ADRIELE MAESSE DORNELLAS CAVALCANTI**

**2021**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**DESLOCAMENTOS HUMANOS E IDENTIDADES  
CULTURAIS**

**ADRIELE MAESSE DORNELLAS CAVALCANTI**

*Sob a Orientação do Professor*

**JORGE LUIZ DE GOES PEREIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Seropédica, RJ.

Dezembro de 2021.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Cd

CAVALCANTI, Adriele Maesse Dornellas, 1998-  
DESLOCAMENTOS HUMANOS E IDENTIDADES CULTURAIS /  
Adriele Maesse Dornellas CAVALCANTI. - Seropédica/RJ,  
2021.  
61 f.

Orientador: Jorge Luiz de Goes Pereira. Trabalho  
de conclusão de curso(Graduação). -- Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Graduação em  
Serviço Social, 2021.

1. Imigração. 2. Cultura. 3. Identidade Social. I.  
Pereira, Jorge Luiz de Goes, 1967-, orient. II  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso  
de Graduação em Serviço Social III. Título.



ATA Nº 5894 / 2021 - CoordCGSS (12.28.01.00.00.00.04)

Nº do Protocolo: 23083.090983/2021-23

Seropédica-RJ, 16 de dezembro de 2021.

Adrielle Maesse Dornellas Cavalcanti

### DESLOCAMENTOS HUMANOS E IDENTIDADES CULTURAIS

Trabalho de Conclusão de Curso submetido como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Serviço Social**, pelo Curso de Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Data de aprovação: 09 de dezembro de 2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jorge Luiz de Goes Pereira

Presidente - orientador  
(DEDH/UFRRJ)

Prof. Dr. Genesis de Oliveira Pereira

Membro externo - UFRJ

Profa. Dra. Carmen Oliveira Frade

Membro interno - DEDH/UFRRJ

*(Assinado digitalmente em 16/12/2021 10:52 )*  
CARMEN OLIVEIRA FRADE  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DepthHOT (12.28.01.00.00.00.00.10)  
Matrícula: 4206731

*(Assinado digitalmente em 16/12/2021 16:59 )*  
JORGE LUIZ DE GOES PEREIRA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DepthHOT (12.28.01.00.00.00.00.10)  
Matrícula: 1720967

*(Assinado digitalmente em 16/12/2021 10:33 )*  
GÊNESIS DE OLIVEIRA PEREIRA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 132.781.497-85

Dedico este projeto aos meus pais, Catia e Itamar, que sempre me incentivaram e me deram todo o apoio para estudar.

## **AGRADECIMENTOS**

A princípio, gostaria de agradecer aos meus pais que sempre trabalharam e se esforçaram para me proporcionar uma boa vida, me incentivaram a estudar me dando todo o suporte necessário;

Sou e serei eternamente agradecida pela oportunidade única que tive de ingressar em uma universidade tão conceituada e completa como a Universidade federal Rural do Rio de Janeiro. É difícil dizer o quanto eu aprendi e cresci em tão pouco tempo em que fui aluna, seja com os professores que foram essenciais nesta caminhada ou com meus colegas de turma;

Além disso, gostaria de agradecer ao professor orientador Jorge Luiz de Goes Pereira, que aceitou prontamente me orientar e acreditou no projeto, sendo um grande incentivo pessoal para mim e imprescindível para a conclusão desse trabalho.

“Se sua coragem negar-lhe, vá além de sua coragem.”  
DICKINSON, Emily

## LISTA DE FIGURAS

- Imagem 1:** Principais fluxos migratórios no final do século XX e início do século XXI 33
- Imagem 2:** Variação do número de imigrantes no Brasil de acordo com a nacionalidade – 2000-2014 45
- Imagem 3:** Estoque de imigrantes no Brasil de acordo com a nacionalidade – 2007/2014 47
- Imagem 4:** Mapa de nacionalidade dos imigrantes no Brasil em 2010 50



## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** – Série histórica do número de imigrantes no Brasil – 2000/2014  
46
- Gráfico 2** – Representação percentual dos dez maiores grupos imigratórios no Brasil  
– 2007/2014  
46
- Gráfico 3:** Variação de imigrantes no Brasil por nacionalidade – 2014, 2010, 2000  
48
- Gráfico 4** – Representação percentual dos dez maiores grupos imigratórios no Brasil  
do ano de 2010  
49

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Migração rural-urbana no Brasil: 1960-2010	38
<b>Tabela 2:</b> Evolução do PIB Brasileiro de 1995 a 2014	42
<b>Tabela 3:</b> Número de registros de imigrantes de longo termo/residentes, por ano de entrada, segundo principais países, 2010 a 2019	51

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CNI - Conselho Nacional de Imigração;

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência;

CONARE - Comitê Nacional para os Refugiados;

## RESUMO

A questão dos processos migratórios vem se tornando cada vez mais um problema de ordem mundial causado por vários fatores, entre eles, o fator econômico. Suas consequências podem ser observadas nas transformações da identidade cultural dos sujeitos que podem levar a sérios prejuízos na sua relação com os novos territórios. Este trabalho tem por objetivo elucidar o papel da territorialidade na construção de identidade dos sujeitos, caracterizar identidade, cultura e deslocamento humano usando como referência grandes autores da área e localizar, nesse debate, conceitos que perpassam o tema como gênero, raça, etnia, classe social, etc., dando visibilidade a personagens e categorias relevantes para os processos discutidos. Para o estudo foi realizada pesquisa bibliográfica exploratória e descritiva afim de aprofundar-se no tema. Tem como contribuição acadêmica trazer a possibilidade de ampliação e aprofundamento da temática proposta produzindo conhecimento científico acerca da questão. Foi realizado levantamento bibliográfico e documental, buscando expor e descrever as relações entre os fenômenos. Entendemos, por fim, que os processos de imigração são indispensáveis para se pensar o desenvolvimento da economia do país que recebe estes indivíduos. Não obstante também percebemos as influências nas diversas áreas que essas chegadas acarretam; nos ambientes sociais, culturais, econômicos, políticos, entre outros, assim como as consequências desse processo de deslocamento para os países receptores e, ainda, para a adequação destes povos numa nova área.

**Palavras-chave:** Imigração. Cultura. Identidade Social.

## **ABSTRACT**

The issue of migratory processes is becoming more and more a problem of a world order caused by several factors, among them, the economic factor. Its consequences can be observed in the transformations of the subjects' cultural identity, which can lead to serious damages in their relationship with the new territories. This work aims to elucidate the role of territoriality in the construction of the identity of subjects, to characterize identity, culture and human displacement using as reference major authors in the area and to locate, in this debate, concepts that permeate the theme such as gender, race, ethnicity, class social, etc., giving visibility to characters and categories relevant to the processes discussed. For the study, exploratory and descriptive bibliographic research was carried out in order to deepen the theme. Its academic contribution is to bring the possibility of broadening and deepening the proposed theme, producing scientific knowledge about the issue. A bibliographic and documentary survey was carried out, seeking to expose and describe the relationships between the phenomena. Finally, we understand that immigration processes are essential for thinking about the economic development of the country that receives these individuals. However, we also perceive the influences in the different areas that these arrivals entail; in the social, cultural, economic, political environments, among others, as well as the consequences of this process of displacement for the receiving countries and, also, for the adaptation of these peoples in a new area.

Keywords: Immigration. Culture. Social Identity.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>2 CULTURA COMO MODO DE VIDA</b>	<b>17</b>
2.1 TRADIÇÕES E COSTUMES	21
2.2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE	22
2.3 PROCESSOS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO	26
<b>3 MIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO NA MODERNIDADE</b>	<b>29</b>
3.1 PROCESSO HISTÓRICO DE MIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO PELO MUNDO	31
3.1.2 Migração e identidade	34
3.2 IMIGRAÇÃO NO BRASIL	35
3.2.1 Processo histórico de formação da gente brasileira e os contextos de migração	35
3.2.2 Processos de Imigração para o Brasil	42
<b>4 CONCLUSÃO</b>	<b>53</b>
<b>5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A natureza do deslocamento humano é por si estimuladora de mudanças sociais, se constituindo num movimento de deslocamento físico exterior que desencadeia um movimento interno de reflexão, transformação, construção e desconstrução. O sujeito que se desloca experimenta mudanças geográficas, choques culturais e conflitos de identidades e atravessa também fronteiras culturais e/ou simbólicas. O indivíduo se relaciona com a paisagem física ou com o entorno social, sempre operando pelas questões que lhe comovem, se transformando ao longo do processo. A experiência do deslocamento físico põe em movimento também ideias, de maneira que se reelaboram visões e entendimentos cristalizados. (DALCOL, 2016).

Dessa maneira, quando o sujeito sai de um lugar onde as relações tecidas são conhecidas e existe uma confluência no que tange ao jeito de fazer, agir e pensar, para adentrar numa sociedade à qual ele é estranho. Esse sujeito se depara com realidades distintas e com a condição de repensar e renegociar visões e comportamentos na medida em que irá lidar com um choque cultural e o jeito de ser do “outro” estrangeiro.

Neste trabalho, pretendemos aprofundar o conhecimento sobre os fenômenos dos deslocamentos e identidades culturais no mundo e no Brasil, bem como a relação entre eles, analisando os impactos das mudanças referentes ao contexto histórico da modernidade com relação à migração. De modo mais objetivo, traduziremos essa finalidade pelo elucidar do papel da territorialidade na construção de identidades dos sujeitos migrantes, caracterizando, assim, a identidade, a cultura e os deslocamentos humanos a partir de uma releitura bibliográfica de autores, como de José Luiz dos Santos (2006), com o livro “*O que é cultura?*”, Roque de Barros Laraia (1986), com o título “*Cultura: um conceito antropológico*”, Marcos Aurelio Saquet e Michele Briskievicz (2009) com o trabalho “*Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial*” e Sandro Alberto Colferai ([-200]) com “*Imigração e identidade cultural: a representação de uma identidade preferênciada no interior de Rondônia*”, entre outros, de modo explicativo e exploratório que tratam do tema.

Portanto, trata-se de uma pesquisa bibliográfica onde utilizaremos diferentes autores de diferentes áreas do conhecimento (historiadores, geógrafos, sociólogos, antropólogos, economistas, etc.) que nos ajudam a entender o processo de migração, em particular, no Brasil. Todo trabalho foi realizado através de *sites* de pesquisas como o *Google*, assim como bancos de dados de trabalhos científicos, como a Capes periódicos e livros disponíveis *online*.

A metodologia consiste numa revisão bibliográfica básica, tendo por objetivo central aprofundar o conhecimento teórico e científico no tema previamente determinado a partir de documentos que já tratam do assunto. Temos, portanto, uma pesquisa exploratória/bibliográfica, pois abordará as releituras bibliográficas em cima de autores que já trataram do tema.

Como método de abordagem do trabalho utilizaremos, na pesquisa, um método de releitura bibliográfica e quantitativa – ou seja, dando ênfase na base de dados em métodos matemáticos e estatísticos como base de amostragem do número de imigrantes residentes no Brasil.

Nesse interim, ainda, por conseguinte, debateremos os conceitos que perpassam pelo assunto, como gênero, raça, etnia, classe social, etc., dando visibilidade a personagens e categorias relevantes para os processos discutidos. Proporcionaremos, também, uma aproximação da pesquisa em Serviço Social com esse tema, uma vez que o movimento de pessoas impacta nas culturas locais, na economia, etc.

No primeiro capítulo, então, iremos tratar dos conceitos urgentes de cultura, tradição e costumes, apostando na percepção desses a partir de sociedades distintas que se caracterizam de acordo com contextos históricos e identidades próprias já formadas ou em formação. Nesse âmbito, a discussão tornar-se-á proveitosa. Já no segundo capítulo, correlacionaremos as noções anteriormente levantadas, através da releitura bibliográfica, para compreender a formação de território e os processos que o tornam desterritorializados. Por último, abarcaremos a questão da migração na modernidade, sem esquecer a migração que se desenvolveu dentro do processo histórico, trazendo exemplos dentro do próprio Brasil, como o caso da imigração no interior de Rondônia, por exemplo.



## 2 CULTURA COMO MODO DE VIDA

Santos (2006) afirma que a cultura é uma preocupação contemporânea que está viva nos dias atuais. Nesse aspecto, é importante entender que ela está ligada aos caminhos que conduzem os grupos humanos às relações presentes e às perspectivas futuras. Assim sendo, é imprescindível conceber que a cultura tem definição complexa no que diz respeito à formação de grupamentos humanos e suas características são expressas através deles.

Foi no século XIX que muitos estudos procuraram hierarquizar as culturas humanas existentes ou mesmo extintas. Através disso, a humanidade passaria por sucessivas evoluções sociais que a conduziriam a um estágio primordial, onde as espécies se tornariam distintas. Assim, as sociedades humanas evoluiriam a partir de estágios previamente concebidos. Um ponto destacado por Santos (2006) é justamente essa situação, onde, por exemplo, as sociedades indígenas da Amazônia poderiam ser classificadas como selvagens ou mesmo os reinos africanos, no estágio bárbaro. Quanto à Europa, a consideração levava seus moradores a um estágio mais avançado de evolução.

Para o autor, então, a cultura possui características e realidades próprias, onde cada qual possui uma lógica interna que faz sentido às práticas, costumes, concepções e transformações pelas quais passam, sendo urgente não esquecer os contextos em que tais situações ocorrem antes de analisá-las. Um dos exemplos citados pelo escritor faz referência à formação da família – primeira instituição com quem o ser humano tem contato social -, ou às maneiras de se vestir ou distribuir produtos de trabalho.

É importante começar este trabalho informando a necessidade de detalhamento da pesquisa ao colocar o estabelecimento de bases para os Estudos Culturais a partir do final da década de 50 e início dos anos 60 através de teóricos, como Raymond Williams, em *“Culture and Society”* (1958) e E. P. Thompson com *“The Making of the English Working-Class”* (1963), onde revelaram inquietações que abrangiam cultura e sociedade. Estes estudos buscam um viés metodológico interdisciplinar, onde as sociedades industriais contemporâneas, em suas interrelações de poder, atuam sobre a cultura em

áreas diversas, como gênero, feminismo, identidades nacionais, culturais, políticas de identidade, pós-colonialismo, cultura popular, etc.

Willians (1958) considerava a noção de cultura a partir do estudo sobre o consumo da classe trabalhadora cooptada pela facilidade da compra de mercadorias em massa. Dentro desse contexto, procurou, também, compreender o capitalismo em movimento ao traçar uma reflexão pautada em um marxismo que também se encontrava em movimento ao tentar reformular o caminho da teoria marxista, debatendo uma crítica à própria cultura.

Podemos afirmar que os primeiros estudos do autor sobre cultura tentavam compreender como o termo fora constituído e como tomou conformes em sua significância. A primeira tentativa de estudo sobre esse aspecto foi em *“Cultura e Sociedade”*, editado em 1958, onde demonstrou o termo cultura como abstração e algo de absoluto. Nessa obra, a ideia de cultura e os desdobramentos que dela derivam passam a ser incorporadas às representações sociais e cotidianas, às práticas intelectuais e de alteridade a partir das condições materiais que se transformam constantemente.

Assim, entendemos a cultura como uma resposta aos acontecimentos que formam o que se define por indústria e democracia, determinando mudanças fundamentais nas condições da vida comum. Willians (1958) afirma que a industrialização foi rejeitada no que diz respeito à produção por máquina e às relações sociais a que o sistema de fábricas dava lugar. A democracia, de início, também fora negada, sendo vista como ameaça à supremacia popular por representar a minoria.

Já para Thompson (1998), os estudos sobre cultura se manifestam nos trabalhadores do século XVIII e parte do XIX. Defendia a tese de que a consciência e os usos do costume eram criação recente e representavam as reivindicações de novos direitos. Nesse período, o povo sofria de pressões para reformar a cultura existente. O autor continua afirmando que costume fora empregado para denotar boa parte do que hoje implica o termo, sendo a “segunda natureza” do homem.

Para ele, a cultura importante a ser analisada era a plebeia do século XVIII, tida como natural. Para o autor, ela mostra certas características atribuídas comumente às culturas “tradicionais”. Na sociedade rural, as áreas manufatureiras e mineiras eram densamente povoadas e nelas foram

encontradas uma herança de extrema importância de definições e expectativas marcadas pelo costume. Assim, os costumes eram passados através das gerações, junto às mães ou às avós. Nesse mesmo interim, Thompson (1998) mostra que as práticas e normas acabam por se reproduzir ao longo das gerações na atmosfera grandiosa de costumes, onde as tradições se perpetuam, geralmente a partir da transmissão oral, com repertório de anedotas e narrativas.

O conceito de identidade para Thompson (1987) se faz presente no processo de construção da classe trabalhadora (ou da cultura da classe trabalhadora). Assim, pode emergir como representação de elementos adquiridos pela experiência histórica vivida.

Cultura, para Mauss (1974), surge a partir do conceito de tradição que vigora a partir de todos os fenômenos especiais de caráter social dentro de uma comunidade em particular: os fenômenos morfológicos e os demográficos; fenômenos linguísticos; etc., tanto as formas gerais da vida política e moral como aparece em outros sistemas de fatos sociais e suas relações entre eles: religião, economia, técnicas, ciências, etc.

Já a categoria identidade possui uma pré-história que pode ser reconhecida no estudo “Uma categoria no espírito humano: a noção de pessoa, a noção do ‘eu’” de mesmo ano. Esse estudo analisa a caracterização da pessoa como definição social da personagem nas sociedades primitivas para construir uma história social da nação no Ocidente que: “reveste a vida dos homens em sociedade, segundo direitos, religiões, costumes, estruturas sociais e mentalidades”. (MAUSS, 1974, p. 127). Diante disso, a caracterização é tratada como fato social ou de organização social, condicionando o desenvolvimento da análise em que o conceito de identidade pode ser descrito, genericamente, como a ‘consciência da continuidade’ que os sujeitos possuem a respeito das formas que os revestem.

Para Stuart Hall (1997), a cultura é tomada como ponto central na discussão e estudo de fenômenos sociais, sendo, também, determinante na alteração dos modos de viver, que causam impacto sobre os sentidos dados à própria vida. Essa centralidade da cultura, como afirma o autor, é definida em função das significações dadas pelos sujeitos às práticas realizadas em sociedade.

Assim sendo, entendemos que as ações realizadas pelos sujeitos sociais são distintas das programadas genética, biológica ou instintivamente, sendo consideradas “ações sociais”. Segundo Colferai ([200]), é a partir disso que os seres humanos são tomados por indivíduos interpretativos, instituidores de sentido e capazes de criar códigos que dão sentido a essas ações praticadas. É, portanto, o conjunto formado pelas ações e pelos códigos que permite interpretar, significativamente, as ações individuais e coletivas, constituindo o que é denominado “cultural” (HALL, 1997, p. 16).

Já Richard Johnson (2004) reconhece o termo cultura como um vocábulo com múltiplas interpretações e usos, como consciência e subjetividade, por exemplo. Para ele, é entre as duas palavras que se localiza o ponto de atuação dos estudos culturais que, nada mais são, do que as referências ao lado subjetivo das relações sociais. Assim, entende que todas as práticas podem ser analisadas do ponto de vista cultural.

Em contraposição a isso, afirma que as formas que apontam regularidades e princípios de organização não são suficientes, de modo isolado, para dar conta do lado subjetivo da vida social, vez que os estudos culturais têm posicionamentos epistemológicos específicos, deixando de tomar a cultura como algo variável para colocá-la como condição constitutiva da vida social diante o relacionamento com a linguagem que assume posição de privilégio na construção e circulação de significados, mas que só é possível porque a linguagem funciona como um sistema de representação. É esse sistema de representação que forma as culturas sociais específicas de cada grupo social.

Para dar conta das particularidades das relações culturais e identitárias, o autor utiliza o termo “hibridação” para indicar as complexidades que ocorrem na América Latina, por exemplo, e as práticas culturais imbricadas. Assim, entendemos que os híbridos são arranjos para os sujeitos sociais que convivem num mesmo espaço com elementos simbólicos tradicionais e contemporâneos, como os indígenas moradores das cidades que se tornaram expectadores de novelas.

Assim podemos inferir, como afirma, também, Santos (2006), que o desenvolvimento de grupos humanos se fez segundo ritmos e modalidades distintas com relação, por exemplo, às formas de utilização e transformação dos recursos naturais disponíveis ao ser humano, presentes em terras habitáveis,

como também em territórios semelhantes ocupados de maneiras variadas por diferentes populações.

## 2.2 TRADIÇÕES E COSTUMES

Segundo o dicionário, tradição é o ato ou efeito de transmitir a comunicação, seja por meios orais de fatos, lendas, ritos, usos ou costumes de geração para geração, já o costume é identificado como hábito frequente, de práticas regulares de um determinado grupo social.

Para Thompson (1998), a noção de costume fora empregada para denotar parte do significado de cultura, sendo a segunda natureza humana. Na sociedade analisada pelo autor, as práticas costumeiras estavam sempre ligadas aos ofícios como prática antiga que significava privilégio ou direito. Um exemplo disso foi a situação ocorrida em 1718, onde os fabricantes do Sudoeste tentaram ampliar em meia jarda cada peça de pano, gerando a revolta dos tecelões que se queixaram, trazendo a reclamação de que isso “contrariava a lei, os usos e costumes dos tempos imemoriais”. Em 1805, ainda, os gráficos de Londres reclamavam que os empregados abusavam da ignorância dos trabalhadores diaristas “rejeitando ou discutindo o que constituía um costume, e se recusando a reconhecer os precedentes, que até o mesmo tinham sido a única referência existente” (THOMPSON, 1998, p. 16).

O autor infere que, na maioria dos casos, esses costumes podem ser descritos como “visíveis”, pois estavam decodificados de alguma maneira ou mesmo podiam ser justificados com exatidão, todavia à medida que a plebe se tornava mais opaca à inserção da *gentry*, outros costumes passavam a ser menos visíveis. O costume era vislumbrado como campo de mudança e uma região de disputa, uma arena, onde os interesses apresentavam reivindicações conflitantes.

Thompson (1998) entende cultura, ainda, como um conjunto de diferentes recursos em que há sempre uma troca entre o que é escrito e o que é oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; constituindo-se de uma arena de elementos conflitivos que, diante à pressão sofrida, formam um “sistema”. No século XVIII, o costume passou a constituir a retórica da legitimação de quase todos os usos, práticas ou direitos reclamados. Por isso,

os costumes estavam em fluxo contínuos, mas ainda longe de chegar ao conceito de tradição.

O autor informa que as generalizações da “cultura popular” se esvaziam a não ser que sejam inseridas em contextos específicos históricos. A cultura plebeia se reveste de retórica do “costume”. Assumira a forma defensiva em oposição aos limites e controles impostos pelos governantes patrícios. Os traços característicos da cultura plebeia do século XVIII é tida como natural e mostra peculiaridades comumente atribuídas às culturas “tradicionais” (CUNHA; RODRIGUES, 2019).

As práticas e normas, junto com suas representações sociais, elementos da identidade social dos sujeitos, que se reproduzem ao longo das gerações se transformam em tradição. A mesma se perpetua, em grande parte, mediante transmissão oral com um repertório de muitas narrativas costumeiras. Essa cultura passa a transmitir, com vigor, desempenhos ritualísticos ou estilizados na recreação ou em formas de protesto. É importante entender que, segundo Thompson (1998), a cultura plebeia em análise não se trata apenas de uma “cultura tradicional”, pois é característica e não envolve os rituais proclamados pela Igreja ou pelas autoridades existentes. Muitas das vezes, torna-se um movimento de resistência as transformações operadas por sistemas econômicos, como o sistema capitalista, num determinado espaço, como o território.

## 2.2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Segundo Isabel Castro Henriques, para os africanos, a terra é unidade matricial, o cosmos, onde estariam inscritos os territórios familiares ou nacionais; constituiriam, assim, o “espaço necessário à instalação das estruturas e das coletividades inventadas pelos homens” (HENRIQUES, 2004, p.19). Esses espaços estariam delimitados por “marcadores” que evidenciam a ocupação, sendo de variados tipos, como: vivos, simbólicos, fabricados, históricos e musicais”.

Já Jan Penrose afirma que o espaço territorial corresponderia às estruturas do mundo real ao englobar as “premissas fundamentais da sobrevivência humana: o alimento que comemos, a água que bebemos, o ar que respiramos e os recursos para nos defendermos” (2002, p. 278). Essa dimensão

material do espaço se combina com a dimensão relacional gerada pela interferência humana que é responsável por provocar as emoções humanas no espaço. Assim, a exploração de território só acontece quando há a transformação do espaço em lugares e territórios (PENROSE, 2002).

O que se pode entender de ambas as perspectivas, segundo afirmado por Portella (2019), é que o espaço só se torna território quando é delimitado de alguma maneira. Esses limites não são fixos nem estáveis, podendo ser de muitas origens, como citado anteriormente. Esse processo de delimitação é denominado por Penrose como territorialidade. Diante disso, entendemos que territorialidade é a primeira expressão geográfica de poder que reflete as necessidades e valores de quem os concebe e mantém.

Isto porque cria territórios cujo objectivo seria satisfazer tanto as exigências materiais da vida quanto as necessidades emocionais de pertença – situando a si mesmo no tempo e no espaço. Para uma notável medida, o nosso entendimento de quem somos é baseado em de onde viemos e onde estamos. Para os seres humanos, um certo grau de controlo sobre um território, seja qual for a sua forma, foi construído como fundamental para este sentimento de controlo sobre nós mesmos, e, por extrapolação, para uma sociedade controlar a si própria. Em conjunto, as características acima descritas vão em direcção à explicação da razão pela qual as pessoas exercitam estratégias de territorialidade para criar e manter territórios (PENROSE, 2002, p. 282).

Penrose (2002) entende que, ao criar territórios, os sujeitos formam, também, limites que unem e dividem espaços, conferindo substância física e significado simbólico às noções de “nós”, “eles”, “nossa” e “deles”. No caso do processo de colonização, o “nós” reflete os territórios colonizados, numa posição subalterna e de constante desconstrução, ou seja, outros “nós”, outros “territórios”, nações e identidades.

O território, como afirmado por Leroi-Gourhan, é o *locus* onde uma sociedade vive e se reproduz de acordo com os preceitos culturais, assim toda a sociedade humana necessita de um espaço que forneça elementos para estabelecer-se adequadamente a um sistema sociocultural que lhe permita “ordenar, a partir de um ponto, o universo circundante”. (1965, p. 131).

Já Segger e Viveiros de Castro, o conceito de território possui um significado que está além de um simples local de onde são extraídos os materiais para viver e se manter, sendo considerado um espaço que possui “dimensões

sociopolíticas e cosmológicas mais amplas”. (SEGGER & CASTRO, 1979, p. 104). Nesse sentido, podemos afirmar, como também assertou Garlet e Assis (2009), que o território de uma determinada sociedade comporta elementos que fazem parte da construção da identidade e concepção de mundo.

Podemos afirmar, ainda, que esse “grau” de controle sobre o “território” revela um sentimento que indica a possibilidade de uma sociedade controlar a si mesma, fazendo emergir espaços marcados historicamente em um novo território e com uma nova identidade. (PORTELLA, 2019). Para o autor, ter uma identidade, então, seria o mesmo que pertencer a um país ou qualquer outra localidade. Uma identidade que passa a ser compartilhada por todos os que ocupam o mesmo espaço, de modo a se tornarem idênticos. É, também, compartilhar os mesmos símbolos e objetos, rituais e costumes. Trata-se, então, do patrimônio comum que se forma a partir do território que garante a identificação.

Outros autores definem a noção de território de modo distinto. Segundo escritores, como Haesbaert (1997) as concepções de território podem ser agrupadas em três vertentes:

- Jurídico-política: mais difundida. É onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes, visto como poder político do Estado;
- cultural(ista): que prioriza a dimensão simbólico-cultural, mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação e valorização simbólica de um grupo sobre seu próprio espaço;
- econômica: (muitas vezes economicista) – bem menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho.

O autor Haesbaert (2003) afirma que a noção de território não deve ser vislumbrada simplesmente como objeto em materialidade, nem mesmo como mero recurso analítico elaborado pelo pesquisador. Outros autores como Robert Sack (1986) e Claude Raffestin (1993) inferem que o controle e o domínio são proporcionados pela territorialidade, de modo a não ignorarem a base cultural que a forma.



Assim como a cultura, a tradição e a história mediam a mudança econômica, elas também mediam o modo como as pessoas e os lugares estão ligados, o modo como as pessoas usam a territorialidade e o modo como elas valorizam a terra, [...] A territorialidade, como um componente de poder não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado (SACK, 1986, p. 219).

O território é uma reordenação do espaço no qual a ordem está em busca dos sistemas transformacionais dos quais dispõe o homem enquanto pertencente a uma cultura, o território pode ser considerado como o espaço informado pela semiosfera (RAFESTIN, 1993, p. 177).

Para Haesbaert (1999, p. 42), há grande distinção entre domínio e apropriação do espaço:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de 'controle simbólico' sobre o espaço onde vivem (sendo, também, portanto, uma forma de apropriação) e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAERSBAERT, 1999, p. 42).

Com isso, podemos afirmar que território é, ao mesmo tempo, um recurso ou instrumento de poder e valor que vai além do simples valor de uso ou troca, estendendo-se pela valorização simbólica, identitário-existencial, rompendo a divisão entre “território político” de adjetivação redundante e “território de identidade”, como alguns autores propõem e que são, muitas vezes, confundidos enquanto recurso político e estratégia de identidade (HAESBAERT, 2003).

Segundo Haesbaert (2003), as noções de território podem ser variadas, mas reconhecidas em duas grandes abordagens: a que parte do território como espaço físico, substrato material da atividade humana e a que vê o território como *locus* de relações de poder e estratégias de identidade, como já afirmado anteriormente. Assim, o primeiro é subdividido em três perspectivas: a deslocalização econômica, o fim das distâncias e a desmaterialização das relações sociais; o segundo, por sua vez, em outras três: política, cultural e social – ligada aos processos de exclusão.

Primeiramente, consideramos as leituras que tratam da noção de território como sinônimo de espaço físico e substrato material. Dentro dessa perspectiva

podemos diferenciar os que veem território como simples localização física – ligada à perda de importância dos fatores locais nos fenômenos de “deslocalização”, como distância – enfatizando o “fim das distâncias” e como dimensão material das relações sociais, em sentido mais estrito (CUNHA; RODRIGUES, 2019).

### 2.3 PROCESSOS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO

É de fatal importância trabalhar com a história do final do século XX, considerada o fim das eras, acompanhada da propagação do fim do socialismo e da história, como afirmou Fukuyama (1992). Ohmae (1996) afirmou que o trabalho e as classes sociais chegaram ao fim, até mesmo o capitalismo, segundo Drucker (1993). Finalizando o fim, O'Brien (1992) decretara o fim da Geografia, confundida com a simples distância e superada a partir do avanço tecnológico dos transportes e das comunicações. Tudo isso visa explicar que esses “fins” afetaram as ciências que trabalham com a noção de espaço, acarretando no “fim” dos “territórios” e o avanço dos processos de desterritorialização.

Diante disso, é indispensável apresentar os conceitos e processos de desterritorialização, mostrando a crise do Estado-nação e a deslocalização de empresas na economia, assim como a perda da base territorial das identidades culturais na Antropologia e na Sociologia. Assim, o “mito da desterritorialização” confundiu-se com o desaparecimento de territórios com o simples debilitamento da mediação espacial nas relações sociais (HAESBAERT, 1999b).

Para Vianna, o processo de desterritorialização pode ser considerado como a “mobilidade do espaço geográfico em que haja a perda da identidade e de vínculos, onde a noção subjetiva de ‘pertencimento’ acerca da conscientização da população é o que marca as territorialidades”. (VIANNA, 2017, p. 24). Diante disso, Nascimento *et al.*, (2018) afirma que a modernização nos espaços sociais foi responsável pelos êxodos contemporâneos.

As diferentes concepções sobre desterritorialização permitem antecipar múltiplos enfoques sobre os conceitos possíveis, como afirmado em Badie, na tese de “fim dos territórios”:

Inadaptada aos novos dados da economia, impotente para pôr em ordem a proliferação contemporânea das reivindicações identitárias, abalado pelos progressos do multiculturalismo, o território foi ultrapassado pelos avanços de uma mundialização que pretende unificar as regras, os valores e os objetivos de toda a humanidade (BADIE, 19996, p. 13).

Fica claro que essa concepção de território está atrelada ao peso político da existência de Estados-Nação, tendo por carácter uma perspectiva própria que implícita a concepção de desterritorialização (HAESBAERT, 2003).

O processo de desterritorialização, como superação de entraves locais ou fatores de localização, envolve, geralmente, uma perspectiva economicista, sendo percebida como sinónimo de “deslocalização” – industrial, principalmente. O território é visto, portanto, como uma localização de espaço físico e concreto (CUNHA; RODRIGUES, 2019).

Uma outra abordagem podemos ver em O’Brien (1992), Virílio (1997) e Bauman (1999) que denominam de “cartográfica” a abordagem que vê esse processo de desterritorialização como superação do entrave da distância. Diante disso, defendemos uma diminuição ou anulação do fato geográfico ou espacial em favor do tempo histórico.

Ainda nesse interim, podemos ver a desterritorialização a partir do foco em um domínio das relações imateriais que prescindem base materiais, ou seja, é vista como uma espécie de desmaterialização das relações sociais – ciberdesterritorialização. O autor Haesbaert (2003) conclui, então, que independente de como é percebido o processo, a ênfase se constitui a partir da mobilidade crescente que rompe com a fixidez que, tradicionalmente, marcara a territorialidade.

Podemos, então, associar desterritorialização com exclusão social, ficando evidente que a noção de território se vincula aos processos de desterritorialização, em maior ou menor intensidade, numa dinâmica que dilacera espaços, subordina poderes políticos e condiciona a reformulação de muitas estratégias identitárias (HAESBAERT, 2003).

### 3 MIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO NA MODERNIDADE

Migração e mobilidade são fenômenos constituintes da experiência contemporânea. Estar no mundo, hoje, é conviver com a mobilidade e a migração, e todas suas implicações. Do ponto de vista existencial, esta é uma experiência desconcertante, em que as referências espaciais e socioculturais são reconstituídas, num processo que envolve e atinge o próprio cerne da autoidentidade: a segurança existencial. Partimos da pergunta “que é ser migrante” para refletir sobre as implicações existenciais e territoriais da migração, procurando entendê-las enquanto um fenômeno vivido em diferentes escalas espaço-temporais, mas que possui, do ponto de vista fenomenológico, uma mesma essência constitutiva. Esse percurso leva a um pensar ontológico acerca das estratégias e consequências do fenômeno migratório, o que faz refletir sobre o papel da identidade territorial, do envolvimento com o lugar e das redes sociais no movimento de sair do lugar de origem e estabelecer-se no local de destino (MARANDOLA JR; GALLO, 2010, p. 407).

Stuar Hall (2003) entende as identidades culturais em crise em função das alterações que ocorrem com as mudanças contemporâneas. Nesse interim, entende que uma das formas de abordar a questão das identidades contemporâneas é por meio do movimento conhecido como “diáspora”, ou seja, das migrações realizadas pelos sujeitos sociais modernos.

Segundo o próprio autor, a identidade na “diáspora” moderna é permeada por contradições, vez que os sujeitos deixam o local de origem, não podendo retornar, pois ao retornar não encontrará a mesma realidade que deixara tempos atrás. A origem, então, passa a se constituir num local mítico, impossível de ser resgatado e o lugar de destino é algo que nunca acolherá o indivíduo plenamente. Diante disso, o autor entende a construção de uma identidade fragmentada, “e esta é exatamente a experiência diaspórica, longe o suficiente para experimentar o sentimento de exílio e perda, perto o suficiente para entender o enigma de uma ‘chegada’ sempre adiada”. (HALL, 2006, p. 393). A migração, segundo Garlet e Assis (2009), pode ser compreendida enquanto processo que resulta, voluntariamente ou compulsoriamente, na saída definitiva de determinado espaço, região ou país em busca de áreas em outros limites.

O conceito de diáspora aparece no bojo da intensificação dos processos de migração e do (re)fortalecimento dos laços de identidade e solidariedade entre os grupos que migram. Assim, segundo Haesbaert (1999a), as diásporas

corresponderiam a um dos extremos da dinâmica migratória. Numa das extremidades estariam, então, os refugiados – migrantes – e, noutra, os grupos mais territorializados – os migrantes organizados em redes diaspóricas.

Segundo Haesbaert (2003), as migrações contemporâneas se manifestam na forma de diáspora quando têm origem em fenômenos radicais de expulsão ou crises agudas, sejam de ordens políticas, culturais ou econômicas; em segundo, quando promovem laços muito intensos de relacionamento entre os indivíduos que migram, tanto com a área de origem quanto entre as de migração em diferentes regiões do mundo, o que mantém a coesão é a forte identidade étnica ou nacional e; em terceiro, quando manifestam uma densa rede de relações econômicas e culturais que repercute numa rica vida associativa interna à rede diaspórica, cuja duração se estende através de gerações. Pensamos, então, que muito mais do que desterritorializados, os migrantes em diáspora compartilham duma experiência multiterritorial do mundo contemporâneo, de modo a incluir territórios com forte carga simbólica, característicos da modernidade, imersos em produção de imagens e simulacros de toda ordem.

Decorrem do fenômeno de migração muitos aspectos sociais, visto que é ele um elemento fundamental para compreender as sociedades que passam por esse processo. Muitos autores explicam o aspecto social da imigração como um problema. Castles (2010) analisa a ideia de que a imigração não pode ser vista apenas como um problema sociológico, sendo esse um fenômeno que envolve aspectos sociais, econômicos, políticos e, atualmente, geopolíticos, assim como fronteiriços - por conta do processo imperialista e de globalização em voga.

A imigração envolve aspectos individuais que são fundamentais e indispensáveis para a sobrevivência social para garantir a identidade individual e cultural no novo território, sendo aspectos que caracterizam a cultura que se diferencia em relação ao outro. Não obstante, não podemos esquecer que o migrante carrega consigo as questões de cultura, território e territorialidade para o novo território (RODRIGUES, 2019).

Cohen (1999) insere a diáspora em sua reconstrução dos movimentos internacionais mundiais, numa perspectiva histórica e ampla desses movimentos. Assim, é tida na acepção grega no sentido de migração e colonização, sendo retomada pelo autor em uma classificação histórica que

acaba convergindo para as categorias e conceitos que comparecem nos variados discursos sobre migração internacional no mundo contemporâneo e/ou globalizado.

Como consequência destes fluxos migratórios decorrem diversificadas situações. As migrações maciças costumam causar efeitos nos países de destino dos sujeitos imigrantes, sendo alguns gerando grande tensão social que surge diante da falta de acolhida entre os grupos sociais e da consequente discriminação; da introdução de novos problemas de saúde; repercussões no sistema de assistência de saúde, educação e trabalho; a introdução de novos costumes e hábitos, principalmente no quesito alimentação; ou seja, tanto mudanças positivas quanto negativas (PERDOMO, 2006, 2007).

Por outro lado, os imigrantes costumam preencher vazios espaços ao realizar trabalhos de menor remuneração e qualificação, transformando-se em fonte de conflitos entre os que os rejeitam e os que compreendem sua presença como algo benéfico para a economia, constituindo-se de mão de obra com custo menor (PERDOMO, 2006, 2007).

### 3.1 PROCESSO HISTÓRICO DE MIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO PELO MUNDO

As definições de imigração e migração pelo mundo verificam sua importância em relação às transformações sociais das sociedades e o quanto o capitalismo é fator indispensável para esses processos de diáspora frequentes ao redor do mundo. Essa crise expõe, principalmente, os países de Primeiro Mundo – do Norte – e as dificuldades que possuem para enfrentar esses processos migratórios. Os do Sul, então, possuem ainda maior dificuldade de recepção desses imigrantes, visto que seus territórios não possuem condições suficientes, maiores dificuldades econômicas e ainda menos infraestruturas. (RODRIGUES, 2019).

O entendimento sobre os processos sociais envolvidos nos fluxos de pessoas entre países, regiões e continentes passa pelo reconhecimento de que sob a rubrica migração internacional está envolvida fenômenos distintos com grupos sociais e implicações diversas. De um lado interessa reter o termo como forma de legitimação e garantia em fóruns internacionais e nacionais. Por outro, carregamos o desafio de tornar concretas diversas e complexas interligações de

instâncias sociais, econômicas, culturais, jurídicas e institucionais que envolvem os processos de migração e imigração. (PARRATA, 2006).

A fim de compreender os processos de imigração, Castle (2010) entende que as razões atuais é a transformação pelas quais passam as sociedades capitalistas. A fase do capitalismo neoliberal, segundo Harvey (2004), apresenta problemas econômicos que abalam, drasticamente, a inversão do capital e o fim das condições de acumulação do mesmo. Aponta, ainda, a saturação dos modos de produção capitalista. É o caso dos países de Primeiro Mundo – Estados Unidos, França, Alemanha, etc. O que o autor quer dizer é que, com saturação do crescimento econômico nesses países, foi necessário o carregamento dos meios de produção para países emergentes, como é o caso da China, Índia e Brasil, por exemplo, onde procuram novas formas de exploração de mão de obra e formas de acumular capital.

Com isso fica claro que os indivíduos precisam migrar em consequência da transformação econômica desses países. Todavia, isso não se faz de boa vontade, pois o próprio movimento econômico pode provocar a migração forçada, criada pelo neoliberalismo e pela nova forma de imperialismo, como é o caso da expulsão dos camponeses de suas próprias terras. (HARVEY, 2004, p. 121).

A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem-terra tem se acelerado em países como México e Índia (...); muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas (HARVEY, 2004, p. 121).

No caso de países de menor renda, denominados emergentes, a ocupação pelas empresas estrangeiras chega para inverter o capital, gerando empregabilidade, todavia, as condições de trabalho são de superexploração, devido a isso transpõem-se fronteiras a fim de levar meios de produção para esses países, onde o salário é baixo e as leis de trabalho frouxas, quando existem. Assim, o trabalhador busca driblar a falsa ideia de “globalização” ao cruzar a fronteira na busca por condições justas de existência e sobrevivência, o que explica a denominação de “problema” para os processos de migração (RODRIGUES, 2019).

Os últimos anos, segundo Cunha e Rodrigues (2019), têm sido marcados por grandes fluxos de migração ao redor do mundo, como já referido anteriormente. Dentre eles, os mais comuns são a travessia pelo Mar Mediterrâneo por africanos que tentam entrar na Europa, os refugiados do Oriente Médio e os latino-americanos que tentam entrar nos Estados Unidos.

A intensificação dos fluxos de migração ocorreu no pós-1990 com o processo de globalização instituído no mundo, que produziu reflexos em novos desenvolvimentos nas áreas de transportes e comunicações, além dos estudos e teorias migratórias. Diante da contemporaneidade é que os fluxos de deslocamento migratório se tornaram mais intensos e de difícil apreensão dos ritmos e de atenção às muitas variedades existentes (FAVELL, 2008).

**Imagem 1:** Principais fluxos migratórios no final do século XX e início do século XXI



Fonte: <https://pt-static.z-dn.net/files/dea/fdbed3d9df6caa65cb1a045f75b97899.png>

Essa situação contribuiu para produzir dois rebatimentos em paradigmas científicos; a ênfase nos processos identitários, da esfera cotidiana e dos microprocessos, assim como a atenção à dimensão espacial dos fenômenos. (SANTOS, 2000; MASSEY, 2008). Por outro lado, também, a teoria da dimensão territorial das migrações tem ganhado grande importância, tanto em termos de territórios migrantes quanto dos estudos de lugares e espaços específicos diante do fenômeno migratório (RAFFESTIN, 2003; SAQUET, 2007).



### 3.1.2 Migração e identidade

O que é ser migrante? A questão expressa preocupação em pensar o fenômeno da migração na forma como é vivido, pois em termos fenomenológicos, a atenção recai sobre a experiência. O migrante é, portanto, um ser deslocado, movido de seu lugar primevo e é nesse deslocamento que procuramos o significado do que é esta condição. A tradição dos estudos sobre a migração consolidou grandes questões que giraram em torno das leis da migração (RAVEINSTEIN, 1980) e dos motivos e forças sociais que atraíram ou expulsaram as populações enquanto reflexos da própria estruturação produtiva do capital e suas necessidades. Diante disso, entendemos que os movimentos se construíam por classes, não por sujeitos que migravam isolados (SINGER, 1973).

Bauman (2005) expõe a questão da identidade com base no contexto das possibilidades variadas que existem nos dias atuais, deixando mais defasado o pensamento de segurança e estabilidade:

O anseio por identidade vem do desejo de segurança, ele próprio um sentimento ambíguo. Embora possa parecer estimulante no curto prazo, cheio de promessas e premonições vagas de uma experiência ainda não vivenciada, flutuar sem apoio num espaço pouco definido, num lugar teimosamente, perturbadoramente, “nem-um-nem-outro”, torna-se a longo prazo uma condição enervante e produtora de ansiedade. Por outro lado, uma posição fixa dentro de uma infinidade de possibilidades também não é uma perspectiva atraente. Em nossa época líquido-moderna, em que o indivíduo livremente flutuante, desimpedido, é o herói popular, “estar fixo” – ser “identificado” de modo inflexível e sem alternativa – é algo cada vez mais mal visto. (BAUMAN, 2005, p. 35).

Esse pensamento destaca que o indivíduo global não está satisfeito com a ideia de estabilidade passada pelos seus antepassados, o que é responsável por marcar a superação ou rompimento com o sentimento de que o ser humano cria raízes conforme o avançar da idade. Assim sendo, não há mais um grande interesse pela definição de estabilidade, ou seja, o sujeito não se prende mais a uma única raiz, como afirmou Bauman (2005, p. 36):

A abundância dos compromissos oferecidos, mas principalmente a fragilidade de cada um deles, não inspira confiança em investimentos de longo prazo no nível das relações pessoais ou íntimas. Tampouco inspira confiança no local de trabalho, onde o *status* social costumava ser definido, onde a vida continua a ser ganha e os direitos de dignidade e respeito

social continuam a ser obtidos ou perdidos. Num artigo recente, Richard Sennett assinala que “um local de trabalho flexível provavelmente não seria o lugar onde alguém desejaria construir um ‘ninho’. Ao mesmo tempo, com a duração média do contrato de trabalho (‘projeto’) nas mais avançadas empresas de alta tecnologia em lugares como o admirado Vale do Silício girando em torno de oito meses, a solidariedade de grupo que costumava fornecer o campo para o desenvolvimento da democracia não tem tempo para fincar raízes e amadurecer. Há poucos motivos para se esperar que a lealdade de uma pessoa ao grupo ou organização seja retribuída. É insensato (irracional) oferecer tal lealdade a crédito quando é improvável que seja recompensada (BAUMAN, 2005, p. 36).

A fala do autor faz entender que a individualização, hoje em dia, é extremamente forte e marca o mundo fluido que representa o sentimento de não pertencimento a determinado grupo, fortalecendo o distanciamento de um projeto comum ou de classe. Esse sentimento fragiliza a estabilidade e reforça a noção de identidade que não é mais a mesma, pois não cabe na identificação de um grupo específico ou nação. Este conceito, então, se faz presente na figura do migrante que é desprendido à ideia de território e de nação, além da identidade cultural da qual também se distancia (CUNHA; RODRIGUES, 2019).

As pessoas que emigram levam consigo a própria cultura – hábitos, costumes, religião, crenças e estados de saúde, sendo alguns destes geneticamente preestabelecidos. Do ponto de vista social, este indivíduo necessita adotar um novo ambiente social e cultural que o leve a redefinir seu sistema de valores. Diante disso, vê-se num processo de perda de redes de apoio social e isolamento ou marginalização que torna difícil a adaptação às novas culturas e valores, assim como outras variáveis podem, também, não ajudar nesse processo de reidentificação – barreiras de linguagem, preconceitos sociais e étnicos, desamparo jurídico e institucional e a falta de acesso à previdência social, por exemplo. (GRONDIN, 2004).

## 3.2 IMIGRAÇÃO NO BRASIL

### 3.2.1 Processo histórico de formação da gente brasileira e os contextos de migração

A historiografia brasileira demonstra que o reconhecimento do país como ponto de imigração e migração cultural se consolidou com a “independência” de

Portugal, em 1822, todavia, somente a partir de 1870 que o país passou a receber de fato, grande contingente de imigrantes portugueses, italianos, espanhóis, alemães e japoneses, que passaram a ocupar a parte não colonizada do território. Fora nesse período, então, que a proibição do tráfico negreiro e a abolição da escravidão fomentou a imigração motivada pela necessidade dos trabalhadores na lavoura (PAIVA; LEITE, 2014).

Isso quer dizer que a imigração estrangeira para o Brasil, mesmo vinculada à abolição da escravidão no ano de 1888, possui relação de proximidade com outros condicionamentos externos. As tensões, portanto, entre trabalhadores e grandes proprietários, o esgotamento de terras na Europa, o exaurimento das florestas, as crises agrícolas, a opressão fiscal, as políticas comerciais, o desemprego e os sistemas econômicos deficientes se demonstraram incapazes de garantir trabalho e renda, determinando o alto fluxo migratório no Brasil a partir da metade do século XIX. Conseqüentemente, o governo brasileiro a incentivar o ingresso de imigrantes, diante da necessidade de mão de obra qualificada destinada a substituir os escravizados (ORENCIO FIGUEIREDO; ZANELATTO, 2017).

Segundo Togni (2015), a imigração já havia se intensificado a partir de 1818 com a chegada de não portugueses, durante a regência de D. João VI. Com o final do período imperial e o início da República, o Brasil passou a estimular a entrada de imigrantes a fim de incentivar e desenvolver a economia. Assim, nas décadas de 80 e 90, em decorrência das dificuldades econômicas, ocorreu processo inverso, onde centenas de milhares de brasileiros imigraram para outros países em busca de melhores condições de vida. Esse processo teve nova mudança com a melhoria econômica do país que atraiu inúmeras populações do mundo para dentro do Brasil a partir do século XIX até o ano de 2015.

Diante disso, entende-se que a economia e a sociedade brasileira ingressaram num sistema de trabalho assalariado, mesmo que tenha sido essa transição gradual, conduzindo os imigrantes a um processo de semiescravidão coordenada pelos donos de grandes propriedades de terra (SANTOS, 2008). Nesse mesmo período, iniciam-se os deslocamentos migratórios dos portugueses para o Brasil (GASPARETTO JÚNIOR, 2014).

O Brasil fora um dos destinos preferidos pelos trabalhadores italianos, por exemplo, para tentar estabelecer uma nova condição de vida. O desenvolvimento do café representou a economia brasileira do século XIX, levando grandes fazendeiros a contratar estrangeiros para trabalhar nas terras cultiváveis, fazendo com que, como consequência, os governos provinciais e o Império formassem políticas oficiais de imigração com o objetivo de disponibilizar mão de obra para a atividade cafeeira (ORENCIO FIGUEIREDO; ZANELATTO, 2017).

Foi, entretanto, da Itália que veio o maior número de imigrantes para o Brasil em busca de boas condições de vida e trabalho digno, com destino às fazendas de café. A crise vivida na Itália fez despertar no povo a ideia de que o “Novo Mundo” poderia auxiliar no recomeço, motivando as ondas migratórias. Todavia, chegando ao Brasil o imigrante encontrou uma situação precária de endividamento junto ao proprietário de terras que financiava a passagem de vinda e o torna subalterno. Este, despreparado para lidar com uma situação de trabalho não baseada na escravidão, tornou os sujeitos que vinham da Europa e suas famílias presos através de formas de endividamento (TOGNI, 2015).

Já na região sul brasileira, a imigração adotou características de processo civilizatório e a forma mais racional de ocupação da colonização das terras devolutas ao utilizar o preceito da teoria do branqueamento racial diante um processo de colonização em pequenas propriedades com base na vinda de trabalhadores europeus, modelo esse diferente do escravagista (SEYFERTH, 2002).

A partir da década de 1950, o Brasil despertou a atenção de imigrantes, principalmente europeus e japoneses em decorrência da grande destruição que se abateu sobre os territórios e as dificuldades de reconstrução provocadas pela segunda grande guerra. Esses imigrantes se juntaram aos que já se encontravam no Brasil a partir da segunda metade do século XXI, passando a contribuir, decisivamente, para os processos de crescimento industrial e desenvolvimento brasileiro, agregando as experiências de produção, não somente agrícola, mas, também, industrial (ORENCIO FIGUEIREDO; ZANELATTO, 2017).

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no Censo de 2010, 84% da população brasileira vive em áreas urbanas,

enquanto 16% no meio rural. Essa transformação aconteceu pelo êxodo rural provocado pela industrialização no Sudeste e pela modernização tecnológica e conservadora que chegou aos campos na década de 1960, alterando a distribuição populacional do território.

A modernização campal, a centralização e desassociação da política de reforma agrária resultou em grande desemprego e miséria no país, principalmente “para os trabalhadores rurais, para a massa camponesa [...] a terra e as atividades que nela se exercem constituem a única fonte de subsistência” (PRADO JR., 2000, p. 22), o que resultou no processo de migração em massa dos trabalhadores para os centros urbanos, causando impactos severos na organização das urbes brasileiras.

**Tabela 1:** Migração rural-urbana no Brasil: 1960-2010.

Ano	População Rural	População Urbana	% da população rural	% da população urbana
1960	38.767.423	31.303.034	55,3%	44,7%
1970	41.037.586	52.097.260	44,1%	55,9%
1980	38.573.725	80.437.327	32,4%	67,6%
1990	36.110.443	108.714.709	24,9%	75,1%
2000	31.845.211	137.953.959	18,8%	81,2%
2010	29.830.007	160.925.792	15,6%	84,4%

Fonte: IBGE/Censo Agropecuário (2010).

A partir desta situação formou-se a estrutura política pautada na modernização técnica do latifúndio e a expansão agro-mercantil no período pós-64, devido ao crescimento espantoso da população urbana vinda das regiões mais pobres – rurais – sem infraestrutura que comportasse a migração. Por outro lado, esse processo de deslocamento pessoal proporcionou a apropriação, pelo meio urbano, de hábitos, saberes, simbolismos e tradições característicos do meio rural. Esse processo, então, fez surgir a construção cultural peculiar do Brasil, com características ímpares e condicionalidades específicas do território brasileiro (NASCIMENTO *et al.*, 2018).

Assim, Holanda (2004, p. 73) vem afirmar que “toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos [...] os portugueses no Brasil foram, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais”. Sabe-se, portanto, que a população tem como raiz a miscigenação de variadas culturas de países

distintos. Logo, o cerne cultural brasileiro é herdeira de uma identidade rural, seja ela alemã, italiana, japonesa, nigeriana ou angolana – entre outras nacionalidades.

Diante disso, podemos identificar, também, que múltiplas foram as influências que formaram o caráter e o comportamento da sociedade brasileira, como o surgimento do “homem cordial”, observado por Holanda (2004) como um traço cultural arraigado na formação desse povo, tendo como outra parte o entalhamento pelo patriarcal dominante no meio rural e absorvido pelo meio urbano, o que levou a uma minoria poderosa a controlar a massa social.

A reconstrução histórica das migrações internas no Brasil e seus aportes teóricos estiveram presentes até o final do século XX alicerçados nos processos internos vinculados à dinâmica econômica e penetração do capitalismo dentro da própria nação, o que caracterizou as migrações rurais-urbanas voltada à industrialização, a desconcentração econômica e a reestruturação produtiva (UEBEL, 2016).

A década de 80 fora marcada por profunda crise econômica e fim da ditadura militar que reinara de 1964 à 1985 (MARANGONI, 2012). Essa crise ficara marcada pelo esgotamento do projeto de desenvolvimento da matriz industrial, a crise da dívida externa, o redirecionamento de capitais, a falência financeira do Estado brasileiro, agravando-se frente à inexistência de um novo projeto nacional (BRUM, 2011). Esses anos ficaram conhecidos como “Década Perdida”, em termos econômicos, assinalados pela estagnação das taxas de crescimento, aceleração da inflação, perda do poder de compra dos salários, aumento dos níveis de desemprego e *déficit* da balança comercial. Diante desta situação, os brasileiros viram a oportunidade clara de migrar do território (ORENCIO FIGUEIREDO; ZANELATTO, 2017).

O contexto proporcionado pelo Brasil com a crise de 1980 – fim da ditadura militar – levou muitos brasileiros a procurarem destinos, como Estados Unidos, Japão, Uruguai e Inglaterra, assim como regiões na América do Norte, Europa, América do Sul, Ásia, Oriente Médio, Oceania, etc., de forma geral. (MARINUCCI, 2008).

As colônias de brasileiros no exterior se formaram, então, entre os anos de 1980 e 1990, transformando o Brasil num país de emigração, em decorrência da crise econômica que se abateu, também, sobre toda a América Latina.

Todavia, esse movimento se reduziu com a volta da economia brasileira à ativa, conforme afirmou Almeida:

[...] houve uma ligeira redução no tamanho da comunidade 'brazuca'. Ela pode ser atribuída tanto aos efeitos da crise econômica da Europa, EUA e Japão, como, inversamente, ao crescimento econômico do Brasil, contribuindo para a volta de muitos brasileiros (ALMEIDA, 2015, p.01).

A partir dos anos 1990, de fato, a reconquista da democracia e ampliação dos movimentos sociais fizeram surgir novos atores que passaram a ocupar um papel de destaque no contexto político e econômico nacional, iniciando a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), prosseguindo com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), sucedido, ainda, por Dilma Rousseff (2011) (ORENCIO FIGUEIREDO; ZANELATTO, 2017).

Em 1994, durante o governo de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, criou-se a Política do Plano Real que tornou estável a economia brasileira, controlando a inflação e promovendo inúmeras privatizações em setores, como telecomunicações, distribuição de energia elétrica, mineração e áreas financeiras. Com o sucesso econômico, o Brasil ganhou credibilidade frente ao mercado internacional, havendo maciço investimento estrangeiro no país. Após esse período, intensificaram-se sucessivas crises financeiras e econômicas (ORENCIO FIGUEIREDO; ZANELATTO, 2017).

A partir de 2003, com a ascensão de Lula, iniciou-se uma nova etapa e fase econômica, onde a primeira década do século XXI passou para a história como ponto de inversão na trajetória socioeconômica brasileira, como afirmou Cruz *et al.* (2012), superando a regressão econômica das duas décadas anteriores. Assim, segundo Cruz *et al.* (2012, p. 19-20):

Essa evolução no cenário internacional teve relevante implicação sobre o comércio exterior do Brasil. O crescimento da participação chinesa no comércio mundial, por exemplo, se refletiu no aumento da importância do país como parceiro comercial e afetou de forma positiva, pelo menos quantitativamente, o saldo da balança comercial brasileira nos últimos anos. As exportações brasileiras saltaram de um patamar de US\$ 55 bilhões em 2000 para US\$ 256 bilhões em 2011 (...) (CRUZ *et al.*, 2012, p. 19-20).

Com a continuidade do sucesso econômico do país no governo de Dilma Rousseff, as mudanças nas relações internacionais foram sentidas na prática, com o aumento do fluxo de capitais para países periféricos, permitindo que o país passasse da condição de devedor para credor, como afirmou Paiva (2014), estabelecendo condições que motivaram o interesse dos emigrantes da década de 1980 a retornarem ao Brasil.

Este contexto mais recente da história do Brasil mostra que as políticas econômicas aplicadas pelo governo brasileiro nas últimas décadas superaram a recessão gerada pelo declínio do “milagre brasileiro” da década de 70 e a “década perdida” de 1980, fazendo com que o país se reencontrasse quanto à estabilidade econômica, tendo por consequência crescimento econômico, que pode ser demonstrado a partir da tabela abaixo que revela o Produto Interno Bruto brasileiro entre os anos de 1995 e 2014 (ORENCIO FIGUEIREDO; ZANELATTO, 2017).



**Tabela 2:** Evolução do PIB Brasileiro de 1995 a 2014.

Ano	PIB	Crescimento	Posição na economia mundial	Presidente
1995	R\$ 731,1 bilhões	4,2%	8º	Fernando Henrique Cardoso
1996	R\$ 752,4 bilhões	2,2%	8º	Fernando Henrique Cardoso
1997	R\$ 865,5 bilhões	3,4%	8º	Fernando Henrique Cardoso
1998	R\$ 979,2 bilhões	0,0%	8º	Fernando Henrique Cardoso
1999	R\$ 1,011 trilhão	0,3%	10º	Fernando Henrique Cardoso
2000	R\$ 1,089 trilhão	4,3%	10º	Fernando Henrique Cardoso
2001	R\$ 1,184 trilhão	1,3%	11º	Fernando Henrique Cardoso
2002	R\$ 1,320 trilhão	2,7%	13º	Fernando Henrique Cardoso
2003	R\$ 1,556 trilhão	1,1%	15º	Luiz Inácio 'Lula' da Silva
2004	R\$ 1,769 trilhão	5,7%	13º	Luiz Inácio 'Lula' da Silva
2005	R\$ 2,148 trilhões	3,2%	10º	Luiz Inácio 'Lula' da Silva
2006	R\$ 2,370 trilhões	4,0%	10º	Luiz Inácio 'Lula' da Silva
2007	R\$ 2,661 trilhões	6,1%	10º	Luiz Inácio 'Lula' da Silva
2008	R\$ 3,032 trilhões	5,2%	8º	Luiz Inácio 'Lula' da Silva
2009	R\$ 3,143 trilhões	-0,3%	8º	Luiz Inácio 'Lula' da Silva
2010	R\$ 3,675 trilhões	7,5%	7º	Luiz Inácio 'Lula' da Silva
2011	R\$ 4,143 trilhões	2,7%	6º	Dilma Rousseff
2012	R\$ 4,403 trilhões	1,0%	7º	Dilma Rousseff
2013	R\$ 4,840 trilhões	2,5%	7º	Dilma Rousseff
2014	R\$ 5,520 trilhões	0,1%	7º	Dilma Rousseff

Fonte: IBGE (2015).

Fonte: IBGE (2015).

Pode-se concluir, então, que a última década tem atraído a atenção de migrantes de variadas partes do mundo europeu e, principalmente, de países menores, como é o caso da América Latina, acreditados de que o país tem condições de proporcionar melhores condições de vida e oportunidades de trabalho. Não somente o crescimento econômico, como o próprio mercado de trabalho tem sido um poderoso fator de atração de trabalhadores estrangeiros. Além disso, ainda, a Copa do Mundo, ocorrida em 2014, e as Olimpíadas em 2016, assim como a exploração de petróleo na camada de pré-sal exigiram obras estruturais e continuaram a necessitar de trabalhadores para sua execução, despertando grande interesse de estrangeiros (ORENCIO FIGUEIREDO; ZANELATTO, 2017).

### **3.2.2 Processos de Imigração para o Brasil**

É importante salientar que a política migratória atual é orientada pela Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980 que, desde o início de sua implantação, vem sofrendo diversas críticas no país. A Lei criou o Conselho Nacional de Imigração – CNI, órgão presidido pelo Ministério do Trabalho e Emprego com representantes de vários outros ministérios, órgão de classe e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC (PATARRA, 2005).

O CNI orienta a política de imigração como privilegiadora da imigração sob o ponto de vista da assimilação da tecnologia, investimento de capital estrangeiro, reunião familiar, atividades de assistência, trabalho especializado e desenvolvimento científico, acadêmico e cultural (BARRETO, 2001). Destaca-se, ainda, o trabalho realizado pelo Comitê Nacional para os Refugiados – Conare, que está vinculado ao Ministério da Justiça e tem por finalidade a condução da política nacional sobre os sujeitos refugiados (PATARRA, 2005).

(...) promulgação da Lei de Refúgio (9.474/1997); o Decreto 6.893/2009, que permitia a regularização, num prazo de 180 dias, aos cidadãos que tivessem ingressado no país até 01/02/2009; a emissão das Resoluções Normativas 77/2008 e 93/2010, que, respectivamente, concediam autorização de permanência ao companheiro ou companheira, em união estável, independente do sexo, e visto permanente ou permanência no Brasil a estrangeiro considerado vítima de tráfico de pessoas; o Acordo de Residência do Mercosul; e a acolhida humanitária a haitianos e venezuelanos (RELATÓRIO ANUAL DO OBMIGRA, 2020).

A inserção no Brasil no cenário econômico mundial tem destaque para os anos 2000, por conta das especificidades das complementariedades regionais pela migração no país. Ao adentrarmos no século XXI, o cenário para compreender os processos de migração internacional se amplia a partir de representações cartográficas (HARVEY, 1992; SASSEN, 1998). Nesse sentido, destacamos, ainda, que as migrações de longa distância redesenharam os trajetos e significados, ao passo que as regionais passaram a imprimir especificidades às migrações urbanas-urbanas dos imigrantes internacionais (UEBEL, 2016).

Uebel (2016) afirma que as imigrações internacionais para o Brasil vêm ganhando espaço e destaque desde que Bacha e Klein (1989) apontaram o ano de 1985 como o divisor de águas nas relações do país com outros ao redor do mundo, estando articulados em rede, desde a reabertura democrática com nova caracterização do território brasileiro para o recebimento de imigrantes estrangeiros. Afirma-se, então, diante disso, que as razões que levaram a esse deslocamento de pessoas em crescimento verificado nas últimas três décadas foram motivadas pela transformação das relações a nível mundial em contextos de conflitos étnicos e civis, desastres naturais, condições econômicas e laborais, casos envolvendo fronteiras, política setorial de imigração com repercussões territoriais e, em escalas regionais, em situações de trabalho, assistência social, etc.

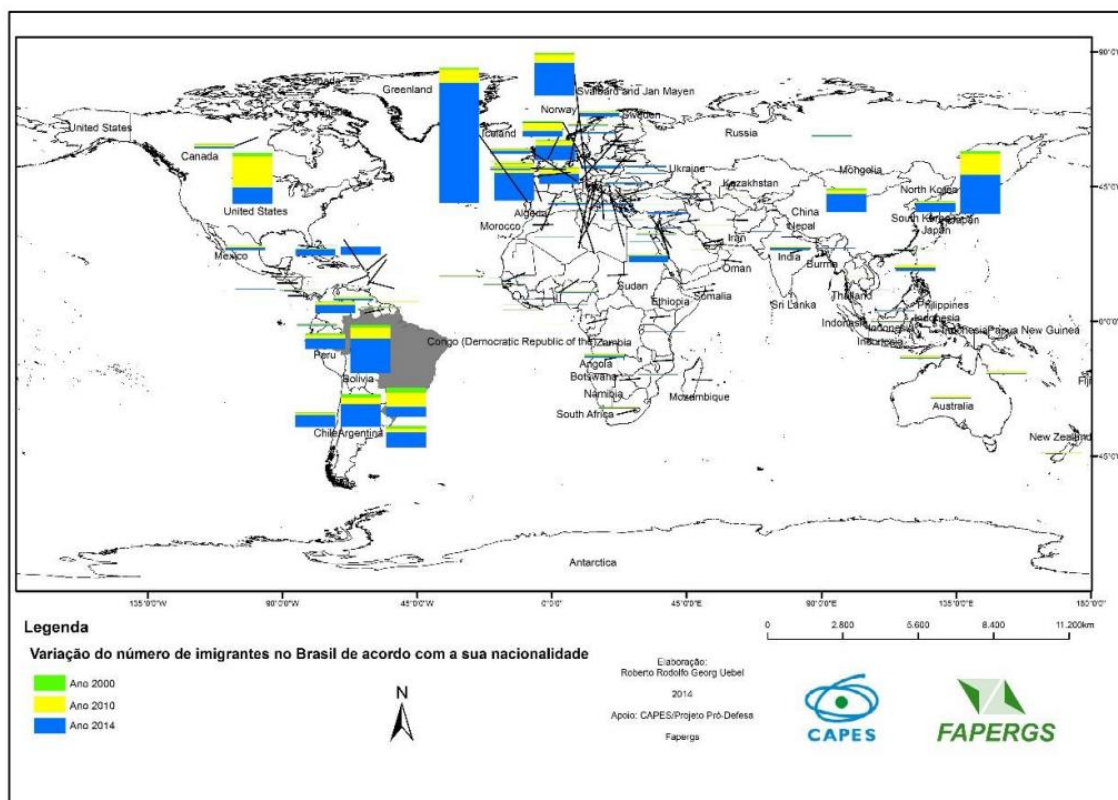
Santos (2010) infere que o Brasil recebeu perto de cinco milhões de imigrantes entre os anos de 1819 e fins da década de 1940, estagnando após isso, onde recebeu apenas refugiados judeus, sírios, libaneses e palestinos. Em 2010, no entanto, houve um crescimento exponencial desse número que escolhem o Brasil por questões variadas, como oportunidades de trabalho, mesmo que análogos à escravidão (RANINCHESKI; UEBEL, 2014).

Além das referências bibliográficas citadas ao longo do texto, escolheu-se, como ponto de partida para esta análise, o estudo dos gráficos que traduzem os processos de imigração, assim como a cartografia necessária e existente na base de dados estatísticos nos dados de recenseamento entre 2000 e 2010 da Polícia Federal e do Conselho Nacional de Imigração, por exemplo.

O ano de 2010 apresentou um *boom* migratório que indicou um aumento expressivo dos fluxos de migração em direção ao Brasil, como serão apontadas

nos gráficos e imagens a seguir. Assim, no biênio 2013-2014 registrou-se o maior ingresso e estoque de imigrantes desde a década de 1930 com 2,5 milhões de indivíduos. (BRITO, 2014). Portanto, o panorama migratório contemporâneo do Brasil é o que os imigrantes representam 1% da população total do Brasil.

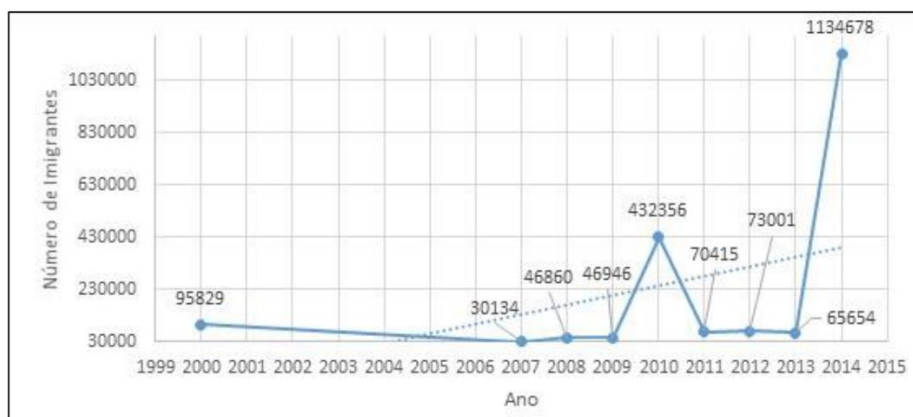
**Imagem 2:** Variação do número de imigrantes no Brasil de acordo com a nacionalidade – 2000-2014



Fonte: UEBEL (2016).

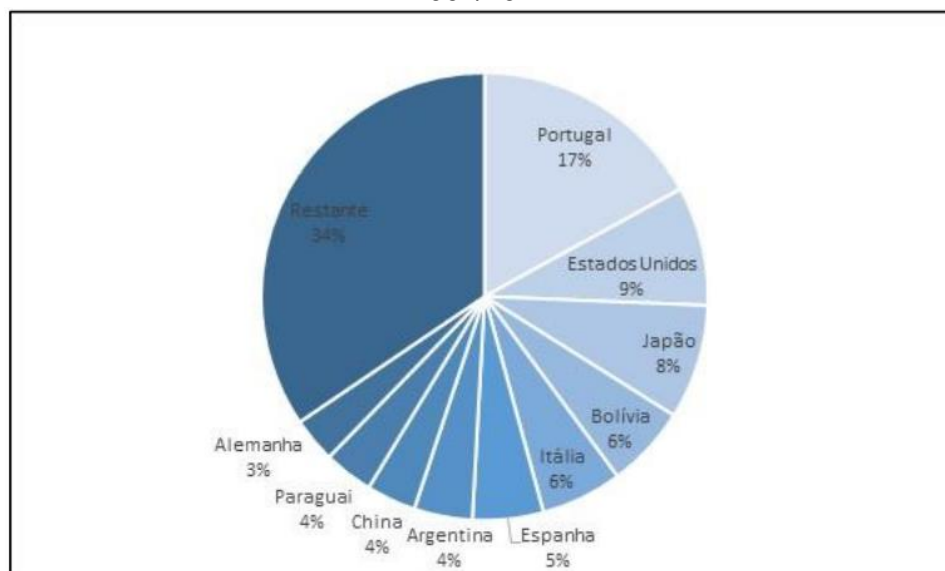
Este mapa representa os direcionamentos e concentrações dos países que mais enviam imigrantes ao Brasil, como Estados Unidos da América, China, Coreia do Sul, Japão e Haiti, por exemplo. Mostra, ainda, que os movimentos não se limitam ao eixo norte-sul, mas, também, sul-sul, em especial o caso de Bolívia-Brasil e Angola-Brasil (UEBEL, 2016).

O gráfico 1 abaixo representa, como afirmou Uebel (2016), a evolução da série histórica do número de imigrantes no Brasil a partir dos anos 2000:

**Gráfico 1** – Série histórica do número de imigrantes no Brasil – 2000/2014

Fonte: IBGE; Departamento de Polícia Federal e Ministério do Trabalho e Emprego – Dados compilados e tabulados por Uebel (2016).

Nesse gráfico, o autor mostra que o Brasil experimentou o primeiro *boom* migratório a partir de 2010 com posterior declínio e um segundo *boom* entre os anos de 2013 e 2014. Já o gráfico 2 mostra as dez maiores concentrações migratórias no país do ano de 2007 até 2014, sintetizando a participação dos principais grupos de migração na composição do país.

**Gráfico 2** – Representação percentual dos dez maiores grupos imigratórios no Brasil – 2007/2014.

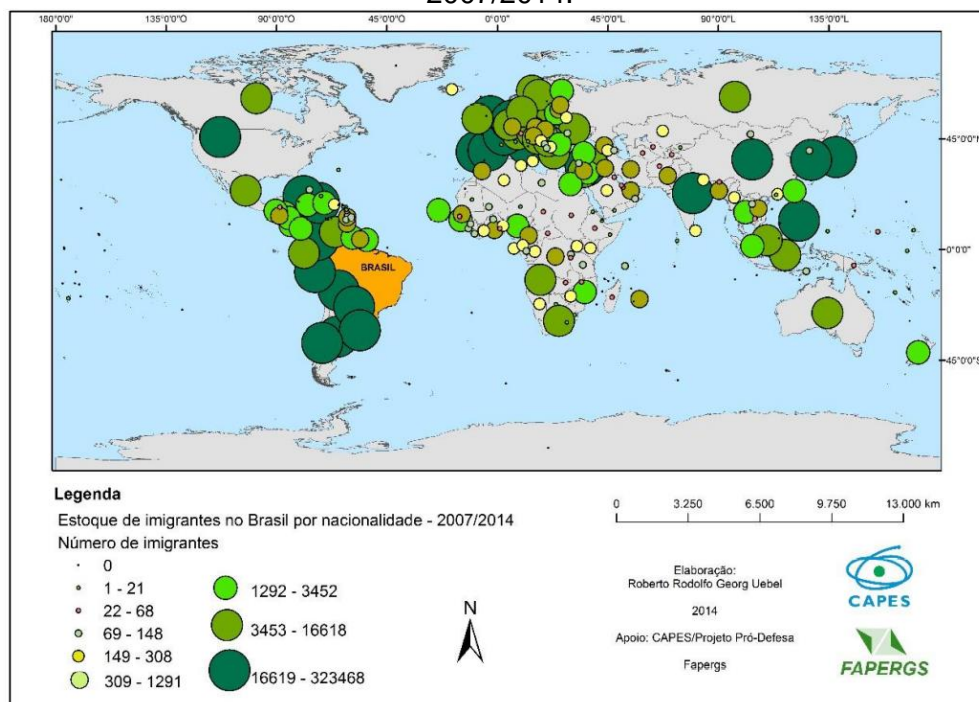
Fonte: IBGE; Departamento de Polícia Federal e Ministério do Trabalho e Emprego – Dados compilados e tabulados por Uebel (2016).

De acordo com a imagem acima, a imigração, no Brasil, aponta que havia, entre os anos de 2007 e 2014, um número de 1 milhão e 900 mil imigrantes. A

figura 2 representa a origem desses integrantes de acordo com as nacionalidades.

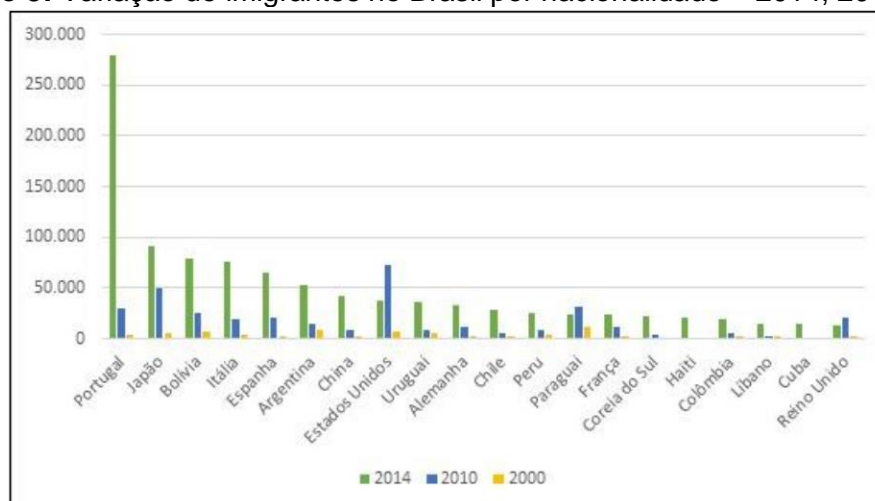
O cenário da imigração no país tem se constituído e ficado em evidência desde o ano de 2010 com a chegada de populações de haitianos que fugiam de um país devastado por duas catástrofes seguidas: um furacão em 2008 e um terremoto em 2010 que, juntos, mataram mais de 700 mil habitantes do Haiti. Anos depois, o Brasil também passou a receber sírios em função da guerra na Síria e outros conflitos armados, consequência da Primavera Árabe (RODRIGUES, 2016; BOGUS; FABIANO, 2015).

**Imagem 3:** Estoque de imigrantes no Brasil de acordo com a nacionalidade – 2007/2014.



Fonte: UEBEL, 2016.

Segundo Uebel (2016), os dados do IBGE no ano de 2014 mostram que a maior migração brasileira no período teve como origem a região da América do Sul, mas não se restringiu a ela. Atualmente, o país recebe imigrantes de países da África – Congo, Angola -, da Ásia (Bangladesh, China), do Haiti (Caribe), etc. Dados coletados do IBGE em 2010 demonstram que, entre todas as migrações para o Brasil, a maior é de americanos vindos dos Estados Unidos da América (EUA), em torno de 51.933 indivíduos, seguido pelo Japão com 41.417 pessoas (CUNHA; RODRIGUES, 2019), como afirmado no gráfico a seguir:

**Gráfico 3:** Variação de imigrantes no Brasil por nacionalidade – 2014, 2010, 2000

Fonte: IBGE; Departamento de Polícia Federal e Ministério do Trabalho e Emprego – Dados compilados e tabulados por Uebel (2016).

Diante desse cenário, entende-se que há uma mudança na multipolarização econômica e estrutural que já apontava uma projeção maior da inserção do Brasil na agenda internacional, atraindo imigrantes para cargos especializados com forte exigência de mão de obra qualificada para suprir uma carência, o que justifica o expressivo aumento do número de pessoas, como as dos países Portugal, Japão, Itália, Estados Unidos, Inglaterra ou mesmo Alemanha (UEBEL, 2016).

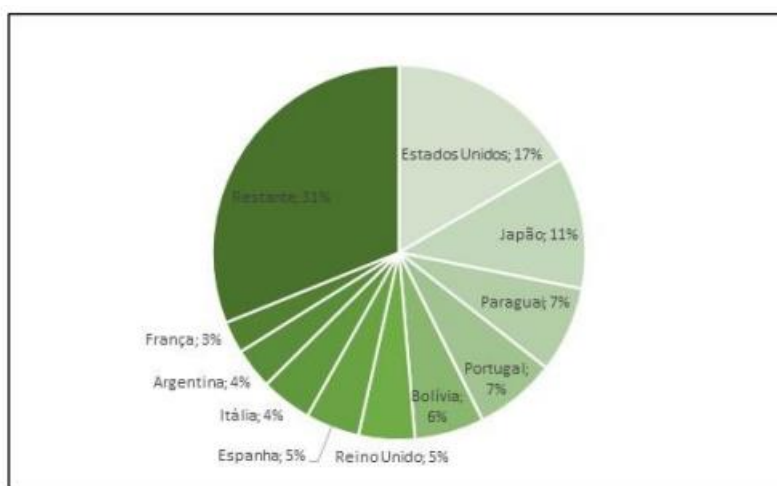
Um outro grupo importante na lista de imigração são os países vizinhos do Brasil ou próximos a ele, como a Bolívia, a Argentina, o Uruguai, o Chile, o Peru, a Colômbia e o Paraguai que se caracterizavam pela coletividade que buscavam, no território brasileiro, melhores condições sociolaborais junto de oportunidades qualificadas (UEBEL, 2016).

Um terceiro grupo é o formado por países como Portugal, Espanha e Itália, assim como outras nações que sofreram com forte crise de desemprego e estagnação econômica, atraindo profissionais qualificados e semiquilificados. Por último, o Haiti não possuía nenhum estrangeiro com *status* de imigrante no Brasil até o ano de 2000, mas em 2010 já contava com 175 imigrantes e, em 2014, os dados oficiais apresentam uma estimativa de 20.108 pessoas. Essa situação haitiana se difere, pois a diáspora desses sujeitos se dá por conta da guerra civil instaurada no país de origem, assim como o terremoto ocorrido em janeiro de 2010, sendo no Brasil onde os sujeitos encontraram um recomeço social (UEBEL, 2016).



O gráfico 4 representa o percentual dos dez maiores grupos imigratórios no Brasil nos anos de 2010. É indispensável saber que o número desses indivíduos chega a um crescimento de 451,18% corroborando a hipótese de que as mudanças na macroestrutura conjuntural do país nas áreas de infraestrutura, construção, tecnologia, inovação e serviços é que tornam atrativa a vinda do imigrante estrangeiro (UEBEL, 2016).

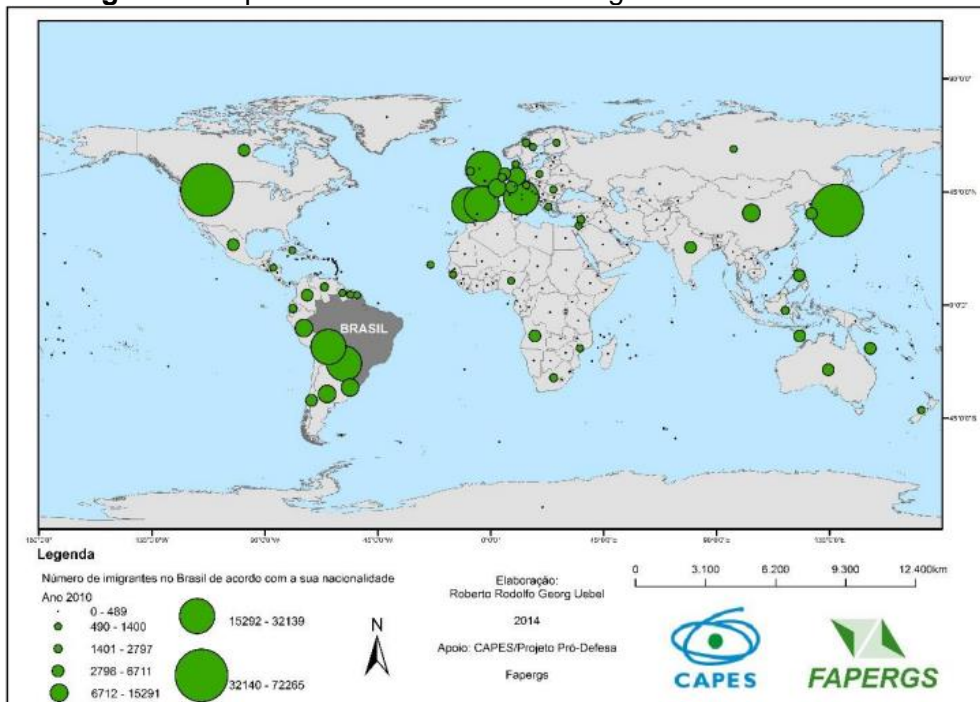
**Gráfico 4** – Representação percentual dos dez maiores grupos imigratórios no Brasil do ano de 2010.



Fonte: Fonte: IBGE; Departamento de Polícia Federal e Ministério do Trabalho e Emprego – Dados compilados e tabulados por Uebel (2016).

Esse gráfico demonstra que países como Estados Unidos e Japão duplicaram o número de imigrantes no Brasil, justamente por terem sido os mais afetados com a crise econômica no ano de 2008, ocasionando sucessivas taxas de desemprego e recessão no país, encontrando, assim, no Brasil, um país e cenário macroeconômico em crescimento, próspero e vacinado contra as oscilações econômicas internacionais (UEBEL, 2016).

Ainda nesse interim, Uebel (2016) demonstra que Paraguai e Bolívia possuem grande participação, como visto no mapa a seguir, apresentando procedência dos imigrantes no Brasil no mesmo ano de 2010.

**Imagem 4:** Mapa de nacionalidade dos imigrantes no Brasil em 2010

Fonte: UEBEL (2016).

O mapa acima mostra, em contrapartida as tendências de Estados Unidos e Japão, que Paraguai e Bolívia operam num cenário de médio a longo prazo de estabelecimento e vinculação com as redes brasileiras, em especial de trabalho e instabilidade nos países de origem. Estes sujeitos, portanto, integram-se à sociedade, economia e redes de trabalho, muitas vezes de forma não autorizada, não podendo, também, retornar aos países de origem por questões burocráticas e legais (UEBEL, 2016).

Conclui-se, então, que no ano de 2010, somadas às motivações econômicas e de conflitos internacionais e atratividade econômica, social e laboral do Brasil, coloca-se como ponto de inflexão na rede internacional de imigrações, sendo o país com maior acolhimento de imigrantes, como afirmou Mekari (2014) que informa que entre o período de 2005 e 2010, o total de imigrantes internacionais, incluindo estrangeiros e brasileiros que moram fora e voltaram para o Brasil, foi de 268.486 pessoas, registro maior do que entre os anos de 1995 e 2000. Fora a crise de 2008, no entanto, que trouxe uma maior complexidade nos eixos de deslocamento das migrações sul-americanas.

A segunda metade da década se consolidou na imigração Latino-Americana como principal local de origem dos sujeitos que vinham para o Brasil, influenciados pela imigração de haitianos e venezuelanos, o que dá margem

para pensarmos que, diferentemente dos anos de 2010-2015, marcados por fluxos do Sul Global, parece haver, nos últimos anos, uma consolidação de latino-americanos no Brasil, como principais nacionalidades. Assim, por exemplo, temos o primeiro semestre de 2020, onde as principais nações vindouras eram latino-americanos – haitianos, venezuelanos, paraguaios, argentinos e bolivianos. Todavia, isso não significa dizer que é algo estancado (RELATÓRIO ANUAL DO OBMIGRA, 2020).

Concluimos, portanto, que de 2011 a 2019, por exemplo, foram registrados, no Brasil, 1.085.673 imigrantes, considerando todos os amparos legais, sendo, desse total, mais de 660 mil composto por pessoas da América Latina, com destaque aos povos já citados anteriormente (RELATÓRIO ANUAL DO OBMIGRA, 2020).

**Tabela 3:** Número de registros de imigrantes de longo termo/residentes, por ano de entrada, segundo principais países, 2010 a 2019

Pais de Nascimento	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total	17.188	25.950	34.409	64.061	75.412	73.328	70.363	74.552	108.049	117.037
Argentina	1.222	1.467	1.910	2.615	3.680	3.560	3.766	3.318	1.885	981
Bolívia	4.493	6.645	6.227	7.156	4.955	5.223	4.925	5.739	7.741	4.661
China	523	794	1.642	3.906	4.382	5.379	6.028	5.405	2.015	1.318
Colômbia	1.142	1.286	1.815	2.252	2.779	2.718	2.464	4.631	8.050	5.419
Haiti	483	797	1.940	2.473	3.312	4.248	2.779	5.528	16.943	15.679
Paraguai	326	2.683	4.419	14.493	20.032	19.677	20.988	10.788	1.881	2.029
Peru	969	1.785	1.859	2.590	3.013	2.916	2.332	2.556	2.415	1.817
Senegal	27	63	232	1.193	1.930	2.819	317	607	351	291
Uruguai	530	616	725	1.043	1.302	1.703	1.759	2.034	4.346	3.109
Venezuela	197	220	263	383	701	1.297	3.943	15.326	49.267	70.653
Outros Países	7.276	9.594	13.377	25.957	29.326	23.788	21.062	18.620	13.155	11.080

Fonte: RELATÓRIO ANUAL DO OBMIGRA (2020).

Diante disso, entendemos que os processos de migração internacionais contemporâneos têm raízes assentadas na passagem para uma sociedade urbana-industrial, sendo possível a partir dela compreender os tipos de migração na dinâmica econômica brasileira (BAENINGER, 2012).

Esses processos de imigração, como já vimos anteriormente, em outros momentos no texto, têm consequências para os povos vindouros, muitas vezes, prejudiciais, dificultando a socialização e adaptação dos mesmos a essa nova vida. É necessário, portanto, pensarmos a questão principal, que é a qualidade de vida. Sabemos que para recebermos sujeitos vindos de fora para moradia em qualquer país é indispensável estrutura do país receptor para que não haja uma crise instalada e crítica, como os subempregos, os trabalhos “escravos” ou

os mal remunerados, a insatisfação da população local com os recém chegados ao país, o aumento de desemprego da população local, o aumento do trabalho informal, etc.

Diante desse contexto, vemos que a perda de território – diante da imigração dos diversos povos do mundo – prejudicam a questão da afirmação identitária, desvinculando os grupos sociais já formados no país de origem, assim como dificulta a aceitação de outros sujeitos diante dos novos chegados, assim como impede, quase sempre, o processo de autoafirmação dos imigrantes, mediante as formas de preconceito e racismo sofridas. A importância da cultura, identificação individual e coletiva dos sujeitos imigrantes e o quão isso influencia nas novas formas de vida e adaptação dos recém-chegados ao Brasil, entendemos, são de extrema viabilidade para manter uma constante discussão e debate insaciável.

## 4 CONCLUSÃO

Esta pesquisa permitiu o desenvolvimento da compreensão sobre os processos de imigração e migração presentes no Brasil, seja no contexto histórico de desenvolvimento do lugar, com a saída dos brasileiros frente às dificuldades encontradas em períodos históricos conturbados, como as perseguições políticas durante a Ditadura Militar de 1964 ou as dificuldades econômicas durante a Era de Governo de Fernando Henrique Cardoso, assim como o desenvolvimento da década posterior, com o governo Lula e Dilma, de recuperação financeira e volta dos contatos econômicos com os países da Europa.

Esse processo histórico verificou que o desenvolvimento econômico acarreta diretamente nos processos imigratórios, visto que, anteriormente, os brasileiros saíam em busca de melhores condições de vida e, depois do período de retorno democrática, no pós-64, ocorreu o contrário, ou seja, os sujeitos de outros países chegaram ao Brasil buscando estas melhores condições de trabalho, vida e existência.

Deixamos claro, também, que este processo se estende até os dias de hoje, visto que o país tem leis mais brandas para a entrada de estrangeiros que veem o Brasil como um lugar recomeço, como os venezuelanos e haitianos, por exemplo, além de outros povos que, também, foge de crises em seus países de origem ou por conta de problemas relacionados a guerras.

Nesse sentido, entendemos, além, que os processos de imigração também se dão de diversas formas, consequências e causas, o que permitiu a exploração do tema tratado nesse trabalho. Por fim, concluímos que a imigração é um processo diversificado, onde os povos saem de seus lugares de origem a fim de construir uma nova vida, formando, também, nova identidade e adequando-se às novas realidades.

Esta pesquisa utilizou como metodologia a releitura bibliográfica para focalizar um tema de extrema importância e atualidade, com vistas a demonstrar que o assunto não é algo que se esgota, mas se mantém vivo devido ao tempo e aos processos históricos que estão em constante mudança, pois são esses processos que caracterizam as causas das migrações. É de extrema relevância,

portanto, que este projeto mantenha as discussões sobre a imigração atualizadas, de modo que os debates se acalorem cada vez mais.

Compreendemos, por fim, que essa pesquisa representa apenas um breve momento no debate inacabado sobre o assunto dos processos de imigração pelo mundo e as consequências trazidas por esses instantes constantes e cada vez mais tensos. Assim, entendemos, também, que esse tipo de conteúdo exige ainda mais pesquisa, como entrevistas com indivíduos recém-chegados ao Brasil de outros países ou mesmo residentes incomodados com essa nova presença, como, por exemplo, através de pesquisas presenciais que foram inviabilizadas diante à pandemia mundial de Covid-19. Assim sendo, entendemos que, num breve futuro, essa pesquisa possa ser ampliada a fim de continuar um debate que, sabemos, nunca terá fim.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, E. P. **O Brasil na rota das migrações internacionais**. 2015. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/o-brasil-na-rota-das-migracoes-internacionais/> Acesso em: 13 nov. 2021.

BACHA, E. L.; KLEIN, H. S. **Social change in Brazil: 1945-1985 the incomplete transition**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1989.

BADIE, B. **O fim dos territórios**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **Rev. Inter. Mob. Hum.**, Brasília, ano XX, n. 39, 2012, p. 77-100. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/mrVMskqfZGB3w5t7wjfBKHR/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 29 nov. 2021.

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Editora: Zahar, 1999. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=i3LTDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=bauman+1999&ots=gXcciDzrgW&sig=OJEx2KjLX5CzcMvgGpUse6m8JA8#v=onepage&q=bauman%201999&f=false> Acesso em: 15 nov. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

BARRETO, L. P. T. F. Considerações sobre a imigração no Brasil Contemporâneo. In: **CNPD. Migrações internacionais – Contribuições para políticas**, Brasília, 2001, p. 63-72. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/CzHCXvFvRzrh6nQ899xvzqK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 11 nov. 2021.

BOGUS, L. M. M.; FABIANO, M. L. A. **O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios**. Ponto e Vírgula. São Paulo: PUC- SP, n. 18, p. 126-145, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/29806> Acesso em: 13 nov. 2021.

BRITO, G. Fluxos migratórios recentes já somam novos traços a São Paulo. **Jornal Rede Brasil Atual**, 2014.

BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M., **Imigração e Refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra,

2020. Disponível em:  
[https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra\\_RELAT%C3%93RIO\\_ANUAL\\_2020.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf) Acesso em: 13 nov. 2021.

CASTLES, S. **Entendendo a migração global**: uma perspectiva desde a transformação social REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana. V. 8, n. 35, 2010, p. 11-43. Disponível em:  
<https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/227> Acesso em: 01 nov. 2021.

COHEN, R. **Global Diásporas – An Introduction**. London: UCL Press, 1999. Disponível em:  
<https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.470.8830&rep=rep1&type=pdf> Acesso em: 13 nov. 2021.

COLFERAI, S. A. **Imigração e identidade cultural**: a representação de uma identidade preferencial no interior de Rondônia. Universidade Federal de Rondônia – UNIR, [-200]. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/colferai-sandro-imigracao-e-identidade-cultural.pdf> Acesso em: 11 nov. 2021.

CUNHA, M. A.; RODRIGUES, L. M. O. Imigração: identidade e território numa concepção de pós-modernidade. **Cadernos CERU**, série 2, v. 30, n. 2, dez., 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/169036> Acesso em: 19 nov. 2021.

CRUZ, A. I. G., AMBROZIO, A. M. H., PUGA, F. P., SOUSA, F. L., & NASCIMENTO, M. M. (2012). **A economia brasileira**: conquistas dos últimos dez anos e perspectivas para o futuro. Rio de Janeiro, RJ: BNDS. Recuperado de [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro60anos\\_perspectivas\\_setoriais/Setorial60a\\_nos\\_VOL1EconomiaBrasileira.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro60anos_perspectivas_setoriais/Setorial60a_nos_VOL1EconomiaBrasileira.pdf) Acesso em: 13 nov. 2021.

FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. Disponível em:  
<https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/download/1451/1224/2458> Acesso em: 11 nov. 2021.

GARLET, I. J.; ASSIS, V. S. **Desterritorialização e reterritorialização: a compreensão do território e da mobilidade Mbyá-Guarani através das fontes**. Mato Grosso do Sul, v. 11, n. 19, jan./jun. 2009, p. 15-46. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/447> Acesso em: 13 nov. 2021.

GASPARETTO JÚNIOR, A. **Imigração portuguesa no Brasil**. Recuperado de <http://www.infoescola.com/historia/imigracao-portuguesa-no-brasil/> 2014 Acesso em: 13 nov. 2021.

GRONDIN, D. **Well –Manager Migrant’s Health Benefits All- Bulletin of the World Health Organization**, 2004, p. 8:561. Disponível em:



<https://www.scielo.org/article/bwho/2004.v82n8/561-561/en/> Acesso em: 29 nov. 2021.

HAESBAERT, R. Boletim Gaúcho de Geografia: da desterritorialização à multiterritorialidade. **Associação dos Geógrafos Brasileiros**. Portal de Periódicos da UERGS, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739> Acesso em: 25 nov. 2021.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. *Ln: ROSENDHAL. Z. E COMA, R. LORGS. Manifestações da Cultura Tio Espaço*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1999b. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/download/1412/1202> Acesso em: 11 nov. 2021.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e Identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997. Disponível em: <http://www.eduff.uff.br/index.php/catalogo/livros/909-des-territorializacao-e-identidade> Acesso em: 02 nov. 2021.

HALL, S. **Da Diáspora, Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. Disponível em: [https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Da Diaspora - Stuart Hall.pdf](https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Da%20Diaspora%20-%20Stuart%20Hall.pdf) Acesso em: 05 nov. 2021.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *In: Educação & Realidade*, 22(2): 1997, p. 15-46, jul./dez. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71361/40514> Acesso em: 11 nov. 2021.

HALL, S. **Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Couto. 8 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo, SP: Loyola, 1992. 349p.

HENRIQUES, I. C. **Território e Identidade. A Construção da Angola Colonial (c.1873 – c.1926)**. Centro de História da Universidade de Lisboa, abril de 2004.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

JOHNSON, R. O que é, afinal, Estudos Culturais. *In: O que é, afinal, Estudos Culturais*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 3 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

JUNIOR, E. M.; GALLO, P. M. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **Revista Brasil. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, 2010, p. 407-424. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/rzmFzZWXRmzVHZhFGWSR6wn/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 01 nov. 2021.

LARAIA, R. B. **Cultura**: uni conceito antropológico. 14 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LEROI-GOURHAN, A. Os símbolos da sociedade. **O gesto e a palavra**: memória e ritmos. Tradução Emanuel Godinho. Lisboa: Edições 70, [1965] 1987, p. 121-173. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/447> Acesso em: 01 nov. 2021.

MARANGONI, G. Anos 1980, década perdida ou ganha. **Revista IPEA**, 2012, 9(72). Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2759:catid=28#:~:text=Os%20anos%201980%2C%20na%20Am%C3%A9rica,%E2%80%9D%2C%20no%20%C3%A2mbito%20da%20economia.&text=Mas%2C%20sob%20o%20ponto%20de,foi%20literalmente%20uma%20d%C3%A9cada%20ganha](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28#:~:text=Os%20anos%201980%2C%20na%20Am%C3%A9rica,%E2%80%9D%2C%20no%20%C3%A2mbito%20da%20economia.&text=Mas%2C%20sob%20o%20ponto%20de,foi%20literalmente%20uma%20d%C3%A9cada%20ganha). Acesso em: 08 nov. 2021.

MARINUCCI, R. **Brasileiros e brasileiras no exterior: apresentação de dados recentes do Ministério das Relações Exteriores**. Brasília, DF: Centro Scalabrino de Estudos Migratórios, 2008. Disponível em: [http://www.csem.org.br/2008/roberto\\_marinucci\\_brasileiros\\_e\\_brasileiras\\_no\\_exterior\\_segundo\\_dados\\_do\\_mre\\_junho2008.pdf](http://www.csem.org.br/2008/roberto_marinucci_brasileiros_e_brasileiras_no_exterior_segundo_dados_do_mre_junho2008.pdf) Acesso em: 01 nov. 2021.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. v. II. São Paulo: Edusp, 1974 [1923-24]. Disponível em: [https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/mauss\\_m\\_ensaio\\_sobre\\_a\\_dadiva.pdf](https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/mauss_m_ensaio_sobre_a_dadiva.pdf) Acesso em: 05 nov. 2021.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Trad. Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MEKARI, D. **Observatório pretende estudar a crescente migração ao Brasil**. Portal Aprendiz, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/arquivo/2014/01/09/observatorio-pretende-estudar-a-crescente-migracao-ao-brasil/> Acesso em: 12 nov. 2021.

NASCIMENTO, C. A. S. *et al.* A migração do campo para os centros urbanos no Brasil: da desterritorialização no meio rural ao caos nas grandes cidades. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 4, n. 5, Edição Especial, ago. 2018, p. 2254-2272. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/251> Acesso em: 12 nov. 2021.

O'BRIEN, R. **Global financial integration: the end of Geography**. Institute of International Affairs and Council on Foreign Relations Press, 1992.

ORENCIO FIGUEIREDO, L.; ZANELATTO, J. H. Trajetória de migrações no Brasil. **Acta Scientiarum, Human and Social Sciences**, v. 30, n. 1, jan-abril.,

2017, p. 77-90. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3073/307350907009.pdf> Acesso em: 15 nov. 2021.

OHMAE, K. **O fim do Estado-nação**: a ascensão das economias regionais. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

PAIVA, A. L. B.; LEITE, A. P. M. R. Da emigração à imigração? Uma análise do perfil migratório brasileiro nos últimos cinquenta anos. **Revista Ars Histórica**, 2014, (7), p. 1-20.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, jul./set., 2005, p. 23-33. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/CzHCXvFvRzrh6nQ899xvzqK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 29 nov. 2021.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estudos Avançados**, 20(7), 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/MWH6wYGYHgL7FFVFjnw9QJL/abstract/?lang=pt#:~:text=Migra%C3%A7%C3%B5es%20internacionais%3A%20teorias%20pol%C3%ADticas%20e%20movimentos%20sociais,-Neide%20Lopes%20Patarra&text=APRESENTAM%2DSE%20subs%C3%ADdios%20para%20o,nos%20principais%20pa%C3%ADses%20de%20destino.> Acesso em: 11 nov. 2021.

PENROSE, J. Nations, states and homelands: territory and territoriality in nationalist thought. **Nations and Nationalism**, 8(3), London, The Association for the Study of Ethnicity and Nationalism (ASEN), 2002, p. 277-297. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1469-8219.00051> Acesso em: 11 nov. 2021.

PERDOMO, R. P. Os efeitos da migração. **Ethos Gubernamental**. 2006, 2007.

PORTELLA, C. Território, Estratégias De Territorialidade E Nacionalismo: O Diálogo Entre Dois Textos Que podem Ser Complementares. **Enfil: Revista de Educação Encontros com a Filosofia**. Universidade Fluminense, ano 8, n. 10, dez., 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/enfil/article/view/29473> Acesso em: 11 nov. 2021.

PRADO Jr., C. **A Questão Agrária Brasileira**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

RAFFESTIN, C. Immagini e identità territoriali. *In*: DEMATTEIS, G. e FERLAINO, F. **Il mondo e i luoghi**: geografie delle identità e del cambiamento. Torino: IRES, 2003, p.3-11.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. Editora: Ática, 1993 [1980]. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20->

[%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder\(3\).pdf](#) Acesso em: 11 nov. 2021.

RANINCHESKI, S. M.; UEBEL, R. R. G. La acción del Estado brasileño en relación a los migrantes bolivianos en Brasil: la cuestión del trabajo (in)documentado, refugio e inmigración económica. **Revista de Estudios Transfronterizos: Si Somos Americanos**, Santiago, Chile, v. 14, n. 2, 2014, p. 47-79. Disponível em: [https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0719-09482014000200003&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0719-09482014000200003&script=sci_arttext) Acesso em: 13 nov. 2021.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna, textos selecionados: teorias e modelos de análise**. Fortaleza: BNB, 1980, p. 19-88.

RODRIGUES, L. M. O. **Escola-território, desterritorialização e análises educacionais**. Ponto e Vírgula, São Paulo: PUCSP, n. 20, segundo semestre 2016, p. 56-82, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/31165> Acesso em: 21 nov. 2021.

SACK, R. **Human Territoriality**. Cambridge. Cambridge University Press, 1986.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 31, v. 1, 2009. Disponível em: <http://aqbpp.dominiotemporario.com/doc/cpg31a-3.pdf> Acesso em: 21 nov. 2021.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, M. A. *et al.* Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias. Texto para Discussão 398, Belo Horizonte, MG, **Cedeplar**, 2010. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6314064.pdf> Acesso em: 23 nov. 2021.

SANTOS, M. *et al.* O papel ativo da Geografia: um manifesto. Florianópolis: **XII Encontro Nacional de Geógrafos**, 2000.

SANTOS, J. L. **O que é cultura?** São Paulo: Braziliense, 2006. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5767487/mod\\_resource/content/1/O%20que%20%C3%A9%20Cultura%20%20-%20Jose%20Luiz%20dos%20Santos.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5767487/mod_resource/content/1/O%20que%20%C3%A9%20Cultura%20%20-%20Jose%20Luiz%20dos%20Santos.pdf) Acesso em: 11 nov. 2021.

SANTOS, C. R. **Da escravidão à imigração: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre assalariado no Brasil**. Universidade Toledo, 2008. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewFile/121/124> Acesso em: 01 nov. 2021.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Ed. Studio Nobel, 1998.

SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, 2002, (53), 117-149. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33192> Acesso em: 05 nov. 2021.

SEEGER, A.; VIVEIROS DE CASTRO, E. Terra e territórios indígenas do Brasil. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 12, 1979, p. 101-109. Disponível em: [http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aseeger-castro-1979-terras/Seeger Castro 1979 Terras e territorios indigenas.pdf](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aseeger-castro-1979-terras/Seeger%20Castro%201979%20Terras%20e%20territorios%20indigenas.pdf) Acesso em: 11 nov. 2021.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

TOGNI, M. A. O café e a imigração no Brasil. **Revista Eletrônica Mark Cooffee Magazini**, 2015. Disponível em: <http://www.markcafe.com.br/o-cafe/historia/1117-ocafeaimigracaonobrasil> Acesso em: 18 nov. 2021.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **The Making of the English Working-Class**. Ed. Rev., 1963.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

UEBEL, R. R. G. Aspectos gerais da dinâmica imigratória no Brasil no século XXI. **Seminário “Migrações Internacionais, Refúgio e Políticas”**, abr., 2016, São Paulo, SP [https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/anais/arquivos/1\\_RRGU%20OK.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/anais/arquivos/1_RRGU%20OK.pdf) . Disponível em: Acesso em: 12 nov. 2021.

VIANNA, M. A. **A Agricultura Familiar em Seropédica-RJ: Gestão Social, Participação e Articulação dos Atores do Polo de Conhecimento Local em Agropecuária**. 2017. (Tese de Doutorado) - PPGCTIA-UFRRJ: Seropédica, 2017. Disponível em: <https://tede.ufrrj.br/jspui/handle/jspui/4551> Acesso em: 12 nov. 2021.

VIRÍLIO, P. Fin de l’histoire, ou fin de la géographie? Un monde surexposé. **Le Monde Diplomatique**, 1997, p. 17. Disponível em: <https://www.monde-diplomatique.fr/1997/08/VIRILIO/4878> Acesso em: 01 nov. 2021.